




STJ

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

2022

 Avalie nosso serviço
E ajude a aprimorar a
Estatística Processual



PLENÁRIO	CORTE ESPECIAL	PRIMEIRA SEÇÃO Direito Público	SEGUNDA SEÇÃO Direito Privado	TERCEIRA SEÇÃO Direito Penal	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
<ol style="list-style-type: none"> Francisco Cândido de M. Falcão Neto Fátima Nancy Andrighi Laurita Hilário Vaz João Otávio de Noronha Humberto Eustáquio Soares Martins Maria Thereza Rocha de Assis Moura (Presidente) Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin Jorge Mussi Geraldo Og Nicéas M. Fernandes (Vice-Presidente) Luis Felipe Salomão⁴ Mauro Luiz Campbell Marques Benedito Gonçalves Raul Araújo Filho¹ Paulo de Tarso Vieira Sanseverino Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues Antonio Carlos Ferreira Ricardo Villas Bôas Cueva Sebastião Alves dos Reis Júnior Marco Aurélio Gastaldi Buzzi Marco Aurélio Bellizze Oliveira Assusete Dumont Reis Magalhães Sérgio Luiz Kukina Paulo Dias de Moura Ribeiro Regina Helena Costa² Rogério Schietti Machado Cruz³ Luiz Alberto Gurgel de Faria Reynaldo Soares da Fonseca Marcelo Navarro Ribeiro Dantas Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik Messod Azulay Neto Paulo Sérgio Domingues (vago) 	<ol style="list-style-type: none"> Maria Thereza de Assis Moura Og Fernandes Francisco Falcão Nancy Andrighi Laurita Vaz João Otávio de Noronha Humberto Martins Herman Benjamin Jorge Mussi Luis Felipe Salomão Mauro Campbell Marques Benedito Gonçalves Raul Araújo Paulo de Tarso Sanseverino Isabel Gallotti <p>Coord.: Vânia Maria Soares Rocha Art. 2º, § 2º, do RISTJ Sessões: 1ª e 3ª quartas-feiras do mês</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> Maria Thereza de Assis Moura Og Fernandes Francisco Falcão Nancy Andrighi Laurita Vaz João Otávio de Noronha Humberto Martins Herman Benjamin Jorge Mussi Luis Felipe Salomão Mauro Campbell Marques <p>Art. 5º do RISTJ</p> <p>Diretor-Geral: Sergio José Americo Pedreira</p>	<ol style="list-style-type: none"> Francisco Falcão Humberto Martins Herman Benjamin Mauro Campbell Marques Benedito Gonçalves Sérgio Kukina* Regina Helena Costa Gurgel de Faria Paulo Sérgio Domingues <p>*Presidência: 6/8/2021 a 5/8/2023 Secretária: Mariana Coutinho Molina</p> <p>Art. 2º, §§ 3º e 6º, do RISTJ c/c Resol. n. 26/2020 – Sessões: 2ª e 4ª quartas-feiras do mês</p> <p>PRIMEIRA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Benedito Gonçalves* Ingresso: 18/9/2008 Sérgio Kukina Ingresso: 7/2/2013 Regina Helena Costa Ingresso: 29/8/2014 Gurgel de Faria Ingresso: 1º/3/2016 Paulo Sérgio Domingues Ingresso: 7/12/2022 <p>*Presidência: 5/5/2021 a 4/5/2023 Secretária: Bárbara A. S. Camunã</p> <p>SEGUNDA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Francisco Falcão Ingresso: 2/9/2016 Humberto Martins Ingresso: 26/8/2022 Herman Benjamin Ingresso: 6/9/2006 Mauro Campbell Marques* Ingresso: 17/6/2008 Assusete Magalhães Ingresso: 19/2/2014 <p>*Presidência: 12/11/2021 a 11/11/2023 Secretária: Angela Valéria M.A. Dusi</p>	<ol style="list-style-type: none"> Nancy Andrighi João Otávio de Noronha Raul Araújo Paulo de Tarso Sanseverino Isabel Gallotti Antonio Carlos Ferreira* Villas Bôas Cueva Marco Buzzi Marco Aurélio Bellizze Moura Ribeiro <p>*Presidência: 27/8/2021 a 26/8/2023 Secretária: Ana Elisa de A. Kirjner</p> <p>TERCEIRA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Nancy Andrighi Ingresso: 25/8/2016 Paulo de Tarso Sanseverino Ingresso: 11/8/2010 Villas Bôas Cueva* Ingresso: 14/6/2011 Marco Aurélio Bellizze Ingresso: 29/8/2014 Moura Ribeiro Ingresso: 29/8/2014 <p>*Presidência: 1º/4/2022 a 31/3/2024 Secretária: Maria Auxiliadora Ramalho</p> <p>QUARTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> João Otávio de Noronha Ingresso: 29/9/2022 Raul Araújo* Ingresso: 26/9/2018 Isabel Gallotti Ingresso: 11/8/2010 Antonio Carlos Ferreira Ingresso: 11/6/2011 Marco Buzzi Ingresso: 6/9/2011 <p>*Presidência: 30/8/2022 a 29/8/2024 Secretária: Teresa Helena Basevi</p>	<ol style="list-style-type: none"> Laurita Vaz Jorge Mussi Sebastião Reis Júnior Rogério Schietti Cruz Reynaldo Soares da Fonseca* Ribeiro Dantas Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik Messod Azulay Neto Jesuino Aparecido Rissato** <p>*Presidência: 11/3/2021 a 10/3/2023 Secretário: Gilberto Ferreira Costa</p> <p>QUINTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Jorge Mussi Ingresso: 26/8/2022 Reynaldo Soares da Fonseca Ingresso: 27/5/2015 Ribeiro Dantas Ingresso: 1º/10/2015 Joel Ilan Paciornik* Ingresso: 7/4/2016 Messod Azulay Neto Ingresso: 7/12/2022 <p>*Presidência: 27/5/2021 a 26/5/2023 Secretário: Marcelo Pereira Cruvinel</p> <p>SEXTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Laurita Vaz* Ingresso: 30/8/2018 Sebastião Reis Júnior Ingresso: 14/6/2011 Rogério Schietti Cruz Ingresso: 29/8/2013 Antonio Saldanha Palheiro Ingresso: 7/4/2016 Jesuino Aparecido Rissato** Ingresso: 7/12/2022 <p>**Desembargador convocado</p> <p>*Presidência: 3/10/2021 a 2/10/2023 Secretário: Eliseu Augusto Santana</p>	<p>Maria Thereza de Assis Moura Presidente</p> <p>Og Fernandes Corregedor-Geral</p> <p>Membros Efetivos Marco Aurélio Bellizze (2021/23) Vice-Corregedor Assusete Magalhães (2022/24) Sérgio Kukina (2022/24) Moura Ribeiro (2022/24)</p> <p>Membros Suplentes Regina Helena Costa (2022/24) Rogério Schietti Cruz (2022/24) Gurgel de Faria (2022/24) Reynaldo S. da Fonseca (2022/24)</p> <p>Art. 7º do R/STJ</p> <p>ENFAM</p> <p>Mauro Campbell Marques Diretor-Geral Biênio 2022/24</p> <p>Raul Araújo Vice-Diretor Biênio 2022/24</p> <p>Og Fernandes Diretor do CEJ/CJF</p> <p>Paulo de Tarso Sanseverino Biênio 2021/23</p> <p>Isabel Gallotti Biênio 2022/24</p> <p>Art. 10 do RI/ENFAM</p> <p>TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL</p> <p>Benedito Gonçalves Corregedor-Geral Efetivo (2021/23)</p> <p>Raul Araújo Efetivo (2022/24)</p> <p>Paulo de Tarso Sanseverino Substituto (2021/23)</p> <p>Isabel Gallotti Substituto (2022/24)</p> <p>Art. 10 III, do RISTJ</p>
COMISSÕES PERMANENTES – Arts. 40 e 41 do RISTJ					
<p>REGIMENTO INTERNO</p> <p>Mauro Campbell Marques (Presidente) Isabel Gallotti Sérgio Kukina Reynaldo Soares da Fonseca Moura Ribeiro Antonio Saldanha Palheiro</p>	<p>JURISPRUDÊNCIA</p> <p>Benedito Gonçalves (Presidente) Villas Bôas Cueva Sebastião Reis Júnior Marco Aurélio Bellizze Gurgel de Faria (vago)</p>	<p>DOCUMENTAÇÃO</p> <p>Og Fernandes (Presidente) Antonio Carlos Ferreira Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik (Suplente)</p>	<p>COORDENAÇÃO</p> <p>Marco Buzzi (Presidente) Regina Helena Costa Gurgel de Faria Ribeiro Dantas (Suplente)</p>	<p>GESTORA DE PRECEDENTES</p> <p>Paulo de Tarso Sanseverino (Presidente) Assusete Magalhães Rogério Schietti Cruz Moura Ribeiro (Suplente)</p>	



STJ

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

Brasília
2022



Sumário

1. Composição do Superior Tribunal de Justiça	2
2. Introdução	6
3. Relatório sucinto – Atividades Jurisdicionais do STJ 02/01/2022 a 31/12/2022	7
4. Movimentação processual por ministros	8
5. Processos recebidos e distribuídos.....	9
6. Processos distribuídos e registrados por órgãos julgadores	13
7. Processos distribuídos e registrados por classes de feitos	14
8. Processos julgados	15
9. Processos julgados por órgão julgante	18
10. Processos julgados por classes de feitos	19
11. Decisões e despachos proferidos pelos ministros presidente e vice-presidente	20
12. Gráfico de processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas	21
13. Gráfico de processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados	22
14. Julgados por teor	23
15. Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2022	24
16. Gráfico de distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento entre 1/1/2008 a 31/12/2022	25

17. Recursos repetitivos	26
18. Recursos internos protocolizados	27
19. Recursos internos protocolizados por relator.....	28
20. Processos baixados e acervo	29
21. Gráfico – acervo por relator e órgão julgador.....	33
22. Gráfico – acervo por assunto e ramo de direito	34
23. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 1, 2 e 4	35
24. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 5, 6, 7, 9, 10 e 12	36
25. Metas CNJ	37
26. Glossário.....	38

1. Introdução

Em conformidade com o Regimento Interno nos seus artigos 21, inciso XXIX, e 117, o presente Relatório Estatístico, publicado anualmente, divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante no STJ. O relatório estatístico visa proporcionar ao leitor uma compreensão geral das principais informações estatísticas do Tribunal e de sua evolução histórica.

O relatório está assim estruturado:

1. Movimentação processual, são apresentadas tabelas com os resumos das principais estatísticas do tribunal e detalhamento por ministro;

2. Processos recebidos, em que é detalhado principais estatísticas relacionadas ao recebimento de processos tais como origem, classe, assunto e demandantes;

3. Processos distribuídos e registrados, no qual é analisada os dados referentes à distribuição dos processos aos ministros do tribunal;

4. Processos julgados, em que é analisada o julgamento dos processos, detalhando por classe, assunto, teor, ministros, turmas, seções, órgãos julgadores e recursos repetitivos;

5. Recursos protocolados, em que é abordado os recursos interpostos às decisões do tribunal;

6. Processos baixados, traz uma análise dos processos baixados, como tempo até a primeira baixa, classe, assunto, entre outros;

7. Processos tramitando, traz um panorama do acervo do tribunal;

8. Metas nacionais, é mostrado o cumprimento das metas nacionais do CNJ.

Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça

Período: 02/01/2022 a 31/12/2022

Movimentação Processual

Processos Recebidos	404.851
Processos Distribuídos (A)	265.391
Processos Registrados - Competência Exclusiva da Presidência (B)	2.948
Processos Registrados à Presidência por triagem no processamento inicial (1)(C)	162.652
Total de Processos Distribuídos e Registrados (A+B+C)	430.991
Processos Julgados em Sessão	115.240
Processos Decididos Monocraticamente	473.173
Total Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl)	588.413
Total Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl)	441.902
Acórdãos Publicados	115.212
Processos Baixados	406.012
Processos com Vista ao MPF em 31/12/2022	9.874
Processos Tramitando em 31/12/2022	267.358

Médias

Média dos Processos Distribuídos e Registrados por cargos de Magistrados	13.060
Média de Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	17.831
Média de Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl) por cargos de Magistrados	13.391

Decisões e Despachos da Ministra Presidente e Vice-Presidente

Ministra Presidente (exceto RE e RO)	214.782
Ministro Vice-Presidente (exceto RE e RO)	10.096
Recursos Extraordinários e Ordinários	5.134

Recursos Repetitivos (Temas) (2) - Dados coletados até 31/12/2022

Recursos repetitivos	Temas Afetados		
	Julgados		Aguardando julgamento
	02/01/2022 a 31/12/2022	08/08/2008 a 31/12/2022	
Corte Especial	3	84	7
Primeira Seção	22	535	49
Segunda Seção	9	226	13
Terceira Seção	11	82	17
Total	45	927	86

Fontes: Gabinetes de Ministros, ARP, NUGEPNAC, SJD, SPF e STI (BI, Sistema Justiça).

Notas: Nos processos tramitando estão incluídos os com status "processamento de RE/RO" e " em execução".**Nos cargos de Magistrados estão computados os providos ou não.**

(1) Processos recursais submetidos à triagem processual pela Secretaria Judiciária e NARER, conforme previsto na Emenda Regimental n. 24 de 28.09.2016. Não computados os decididos pelo Ministro Presidente que posteriormente foram redistribuídos, sem decisão, aos demais ministros.

(2) Incluídos 12 IACS julgados e 3 aguardando julgamento.

Movimentação Processual - janeiro a dezembro de 2022

Relatores	Distribuição				Decisões							Vistas		Publicações		Processos Baixados / Arquivados
	Atribuídos (A)	Distribuídos (B)	Redistribuídos (C)	Total (A+B+C)	Terminativas			Não Terminativas		Total	Pedido de Vista	Voto Vista	Acórdãos	Decisões monocráticas terminativas		
					Processo Principal	Recursos Internos		Liminares	Interlocutórias							
						AqInt	AqRa								EDcl	
Ministra Presidente		165.600		165.600	169.458	300	30	7.380	9.480	9.967	196.615	1	1	225	176.935	123.227
Ministro Vice-Presidente		10.050		10.050	142	1.556	865	1.116	22	653	4.354			3.377	342	6.673
Francisco Falcão	9	7.513	2.016	9.538	10.835	4.668	25	1.985	88	514	18.115	14	13	5.674	11.884	10.274
Nancy Andrighi		7.342	2.661	10.003	7.938	3.940	12	1.162	122	228	13.402	37	25	4.610	8.437	7.794
Laurita Vaz	2	11.535	1.171	12.708	11.391	93	2.499	500	1.640	63	16.186	18	4	2.826	11.992	11.670
João Otávio de Noronha	4.973	10.462	1.788	17.223	9.980	580	1.869	369	1.609	193	14.600	50	38	2.339	10.612	8.995
Humberto Martins (3)	9.379	2.655	1.138	13.172	1.846	382	1	227	45	163	2.664	3		408	2.045	694
Maria Thereza de Assis Moura (1)												2	3	1		2
Herman Benjamin		7.469	2.030	9.499	8.289	4.158	10	1.602	93	138	14.290	32	55	5.014	9.276	8.631
Jorge Mussi (4)	2.809	3.779	475	7.063	1.652	13	281	51	1.934	70	4.001	1	1	251	1.731	2.074
Og Fernandes (2)	2	4.598	1.178	5.778	4.722	2.412	20	834	37	116	8.141	9	18	2.875	5.274	6.403
Luis Felipe Salomão (5)		4.506	1.410	5.916	5.508	2.826	10	926	23	148	9.441	24	30	3.327	6.234	6.693
Mauro Campbell Marques		6.025	1.769	7.794	7.053	3.591	9	1.350	51	178	12.232	14	36	4.129	7.882	7.127
Benedito Gonçalves		4.788	1.325	6.113	7.377	3.858	15	1.688	13	1.236	14.187	27	22	4.417	8.649	7.558
Raul Araújo	1	5.547	1.757	7.305	7.163	3.552	13	1.382	188	208	12.506	49	33	4.349	7.751	7.725
Paulo de Tarso Sanseverino		6.919	2.451	9.370	6.476	2.878	7	757	123	254	10.495	7	4	3.267	6.987	7.367
Isabel Gallotti		7.451	2.516	9.967	7.947	4.004	38	1.241	187	84	13.501	33	16	3.884	9.526	8.410
Antonio Carlos Ferreira		7.148	2.489	9.637	8.078	4.351	4	1.343	165	520	14.461	16	21	4.584	9.327	9.129
Villas Bôas Cueva		7.249	2.514	9.763	5.418	3.807	2	1.132	177	224	10.760	27	22	4.118	6.342	6.618
Sebastião Reis Júnior		11.611	1.036	12.647	12.000	73	2.431	503	3.091	166	18.264	35	16	2.661	12.445	11.797
Marco Buzzi		7.403	2.557	9.960	8.255	4.397	18	1.626	203	390	14.889	33	24	4.885	9.595	8.611
Marco Aurélio Bellizze		7.239	2.520	9.759	7.840	4.142	2	1.204	130	87	13.405	15	8	3.894	9.342	8.780
Assusete Magalhães	1	7.394	1.964	9.359	7.901	3.967	44	1.054	53	149	13.168	25	47	4.103	8.929	8.169
Sérgio Kukina		6.730	1.914	8.644	9.625	4.516	5	1.916	22	81	16.165	6		4.529	11.495	9.116
Moura Ribeiro		7.369	2.454	9.823	7.827	3.472	1	1.098	129	178	12.705	22	12	3.512	8.961	7.492
Regina Helena Costa	1	7.445	2.033	9.479	11.066	4.301	10	1.542	25	132	17.076	17	20	4.511	12.460	8.949
Rogério Schietti Cruz		11.455	1.038	12.493	12.975	149	2.664	618	3.223	144	19.773	28	8	2.903	13.708	12.405
Gurgel de Faria	1	7.440	1.999	9.440	9.161	4.232		1.248	40	356	15.037	33	28	4.330	10.297	9.464
Reynaldo Soares da Fonseca		11.441	994	12.435	11.652	68	3.349	631	1.138	90	16.928	11	9	3.399	12.406	11.427
Ribeiro Dantas		11.603	1.053	12.656	12.465	76	3.168	629	2.918	135	19.391	12	11	3.369	13.162	12.485
Antonio Saldanha Palheiro	1	11.480	1.081	12.562	11.302	50	2.276	451	5.265	258	19.602	5	2	2.440	11.700	11.290
Joel Ilan Paciornik		11.529	1.187	12.716	11.196	57	3.004	567	4.101	239	19.164	28	48	3.006	11.930	11.145
Messod Azulay Neto (6)	6.140	620	43	6.803	350	6	69	24	224	6	679			82	367	361
Paulo Sérgio Domingues (7)	9.723	366	555	10.644	11				5	2	18				11	1
Comissão Gestora de Precedentes (8)		1.104		1.104	14						14				14	9
Presidente da 1ª Seção		224		224	105	4		9	106	492	716				118	57
Presidente da 2ª Seção		24		24	8					15	23				8	8
Presidente da 3ª Seção		95		95	254	107		43	26	1.234	1.664			82	322	78
Manoel Erhardt (Des. Convocado) (9)	98	6.862	2.055	9.015	6.405	2.119	4	775	139	155	9.597	3	3	2.333	6.969	6.528
Olindo Menezes (Des. Convocado) (10)	6	10.736	1.065	11.807	10.375	52	2.271	416	3.627	63	16.804	9		2.523	10.725	10.870
Jesuino Rissato (Des. Convocado) (11)	10.473	10.185	943	21.601	9.841	67	2.726	536	4.432	108	17.710	3	1	2.974	10.321	9.898
Ministros aposentados					1						1			1		8
Total	43.619	430.991	55.179	529.789	441.902	78.824	27.752	39.935	44.894	19.437	652.744	649	579	115.212	476.511	406.012

Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministros; ARP e STI (BI, Sistema Justiça).

(1) Ministra Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal a partir de 30/8/2022. (3) Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 1ª Seção 2ª Turma. (4) Vice-Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 3ª Seção 5ª Turma. (5) Ministro Corregedor Nacional de Justiça. (6) Ministro empossado em 6/12/2022. Designado para compor 3ª Seção, 5ª Turma. (7) Ministro empossado em 6/12/2022. Designado para compor 1ª Seção, 1ª Turma. (8) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no ARP conforme Portaria STJ/GP Nº 98 de 22/3/2021. (9) Desembargador convocado do TRF5 de 5/3/2021 até 6/12/2022. (10) Desembargador Convocado do TRF1 de 7/4/2021 até 6/12/2022. (11) Desembargador convocado do TJDFT de 26/8/2022 até 6/12/2022. Reconvoado a partir de 7/12/2022.

2. Processos recebidos

Após apresentar intenso aumento de 18,74% (64.505) em 2021, se recuperando de forte queda no ano da pandemia, os processos recebidos no STJ se mantiveram estáveis em 2022 com pequena queda de 0,97% (3.941) em comparação com o ano anterior (figura 1).

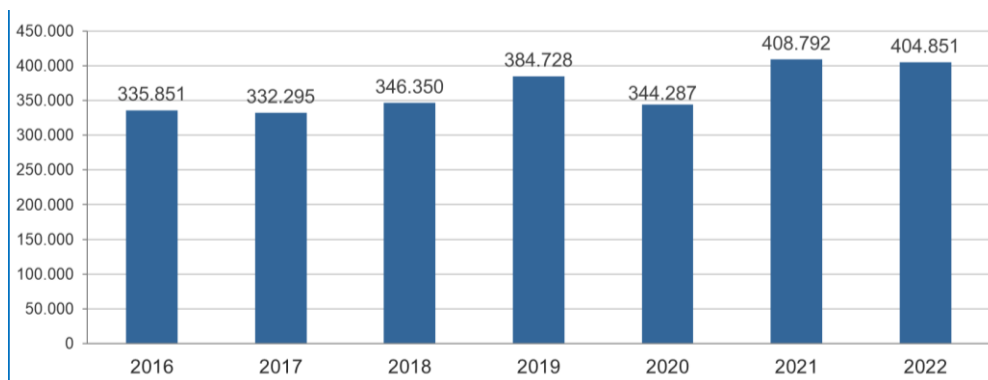


Figura 1. Série histórica dos processos recebidos pelo STJ.

Do total de recebidos, 250.996 (62,00%) foram oriundos dos tribunais de justiça, sendo 81.592 (20,15%) do TJSP, o tribunal de justiça com maior demanda, seguido pelo TJMG 22.147 (5,47%) e pelo TJRS 20.633 (5,10%) (figura 2). Outros 98.785 (24,40%) são oriundos do próprio STJ; 54.683 (13,51%) são dos tribunais regionais federais e o restante da justiça especializada 390 (0,10%).

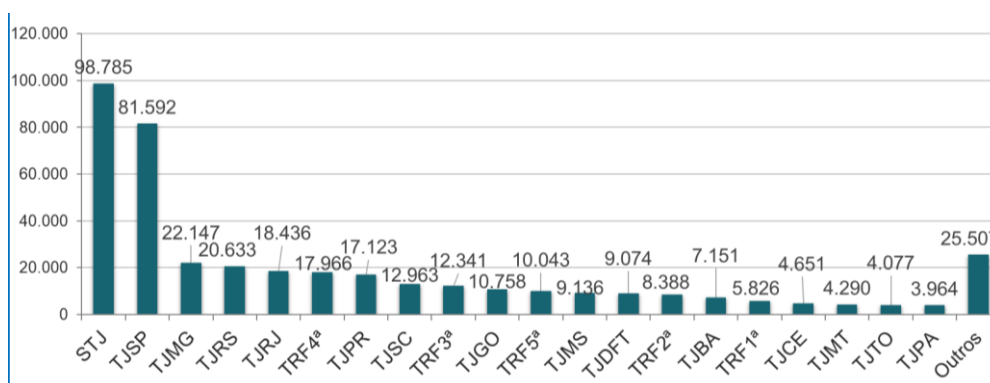


Figura 2. Processos recebidos por tribunais de origem em 2022.

A análise da série histórica da origem dos processos mostra leve aumento de 2,16% (6.425) dos processos recebidos dos tribunais de justiça dando continuação à sequência de alta desde 2016, que só foi interrompida em 2020, ano da pandemia de Covid-19. Os processos originários do STJ também apresentaram pequena alta com 2,63% (2.093), se mantendo estável nos últimos dois anos, após quatro anos seguidos de expansão entre 2016 e 2020. Os processos oriundos dos tribunais de regionais federais, por sua vez, tiveram forte queda de 18,13% (12.107), após forte alta em 2021 de 32,75% (16.477), seguindo oscilando desde 2017 com média de 56.530 processos recebidos desde então (figura 3).

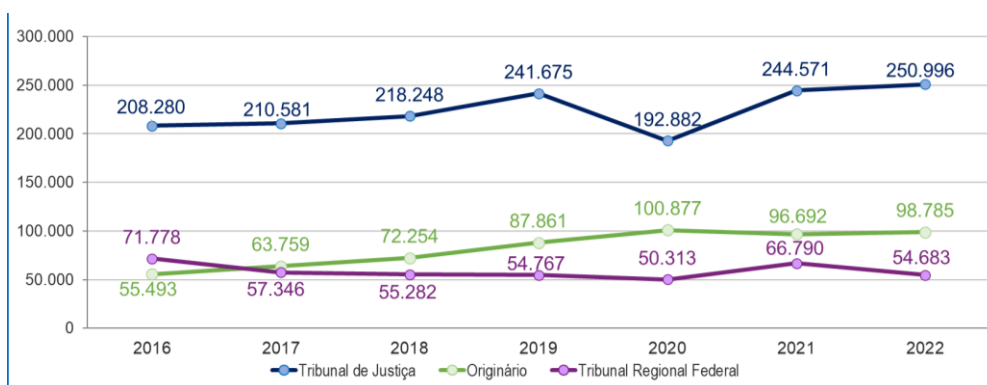


Figura 3. Série histórica dos processos recebidos pelo STJ por origem.

As principais classes de feito recebidas pelo STJ foram o AREsp (recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido) 228.520 (56,45%), seguida pelo Habeas Corpus 78.336 (19,35%) e pelo REsp (recurso cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios) 58.806 (14,53%) (figura 4a). O AREsp teve pequena queda de 1,67% (4.597) após forte alta de 38,58% (64.898) em 2021. O *Habeas Corpus* se manteve estável com leve incremento de 0,44% (340), se mantendo constante desde 2020 após quatro anos consecutivos de crescimento. O REsp também se manteve estável nos últimos dois anos após período de queda entre 2016 e 2020, com leve acréscimo de 1,51% (873) em 2022 (figura 4b).

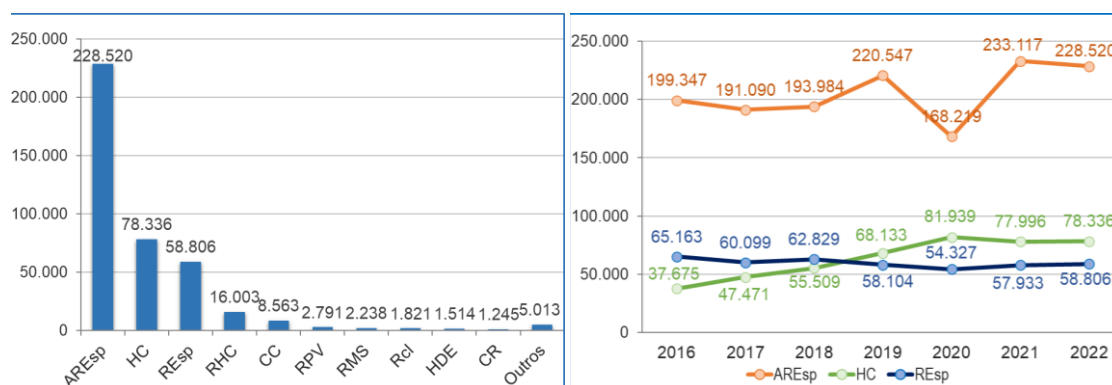


Figura 4(a). À esquerda processos recebidos por classe em 2022. Figura 4(b). À direita série histórica dos processos recebidos pelo STJ por principais classes.

O STJ recebe demanda de cidadãos e organizações do país inteiro e os principais demandantes nos últimos cinco anos foram, respectivamente, o Ministério Público do Estado de São Paulo (200.940), seguido pelo INSS (113.008) e pela Fazenda Nacional (71.709) (figura 5).

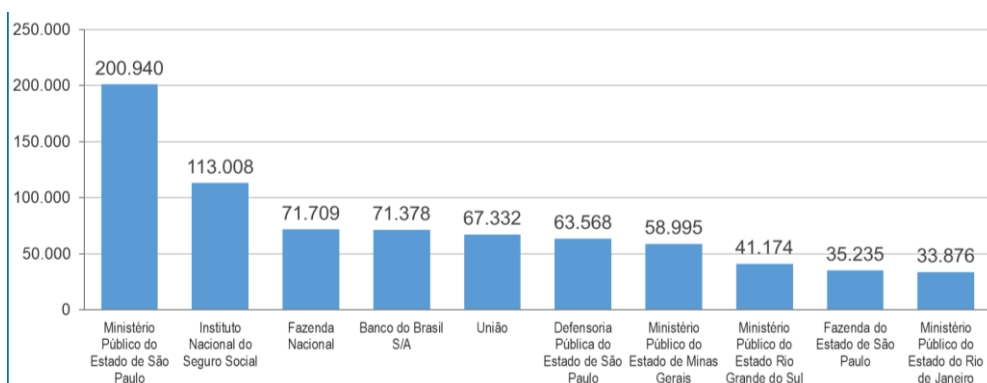


Figura 5. Principais demandantes entre 2018 e 2022.

Nos últimos cinco anos os principais assuntos recebidos pelo tribunal se concentraram principalmente no ramo de direito penal, sendo os três principais o tráfico de drogas e condutas afins (160.260), roubo majorado (55.645) e execução penal (48.378) (figura 6).

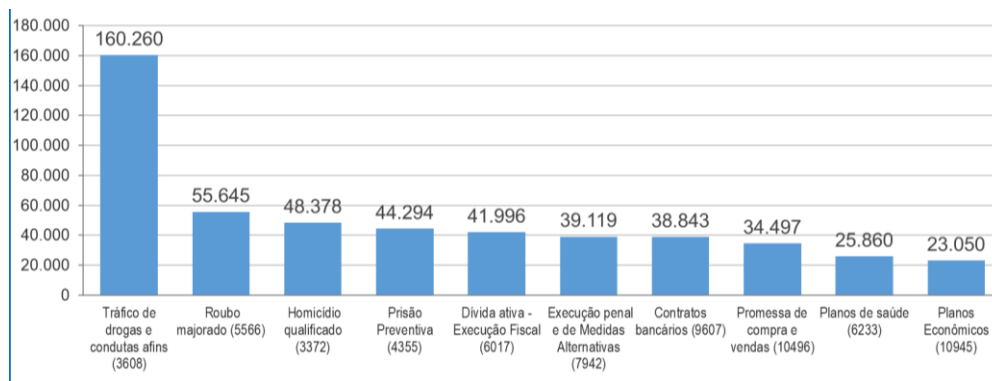


Figura 6. Principais assuntos recebidos entre 2018 e 2022.

Analisado a série histórica de recebidos de acordo com os principais ramos de direito, o ramo civil apresentou leve crescimento com ampliação de 2,08% (3.074), após forte alta de 35,38% (38.682) em 2021. O ramo penal também apresentou pequeno aumento com expansão de 3,87% (5.350), mantendo tendência de crescimento desde 2016 com crescimento médio anual de 10,04%. O administrativo apresentou forte queda, com redução de 13,07% (8.600), seguindo oscilando nos últimos anos com média de 62.435 processos recebidos na série histórica. O tributário exibiu leve redução de 5,96% (1.691) seguindo em queda desde o pico de 2019. Por último, o ramo tributário apresentou forte queda de 12,01% (2.973), interrompendo dois anos de alta desde 2020 (figura 7).



Figura 7. Série histórica dos processos recebidos por principais ramos de direito.

3. Processos distribuídos e registrados

Em 2022 foram distribuídos e registrados no STJ 430.991 processos, o que corresponde a 13.060 processos distribuídos por ministro¹ em média. Desses processos, 58,91% (253.894) foram distribuídos aos ministros e 41,09% (177.097) foram registrados à Presidência do STJ e às Presidências dos órgãos julgadores do Tribunal. A série histórica dos processos distribuídos e registrados mostra aumento de 4,46% (18.409) em relação à 2021 seguindo em tendência de alta nos últimos anos (figura 8).

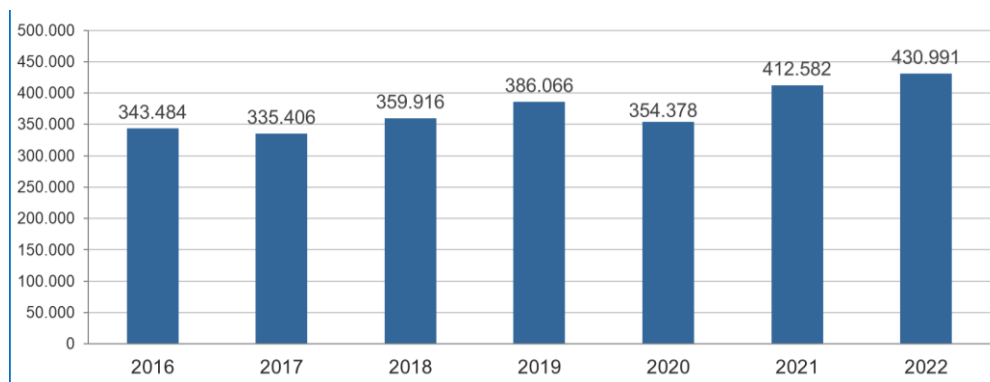


Figura 8. Série histórica dos processos distribuídos.

As principais classes de feito distribuídas foram o AREsp 242.803 (56,34%), seguido pelo HC 80.587 (18,70%), e pelo REsp 63.621 (14,76%). Foram distribuídos 113.686 (26,38%) processos aos órgãos julgadores da primeira seção, 155.531 (36,09%) processos aos órgãos julgadores da segunda seção e 143.231 (33,23%) processos aos órgãos julgadores da terceira seção, responsáveis por julgar feitos relativos ao Direito público, privado e penal respectivamente. Também foram distribuídos 3.845 (0,89%) processos à Corte Especial e 14.698 (3,41%) processos não tiveram o seu órgão julgador informado (NI).

Os principais estados de origem da distribuição dos processos foram São Paulo 146.675 (34,54%), Rio Grande do Sul 41.542 (10,13%) e Rio de Janeiro 41.076 (10,01%). O gráfico abaixo (figura 9) resume a distribuição dos processos por UF de origem, e as tabelas seguintes resumem a distribuição de processos por ministros.

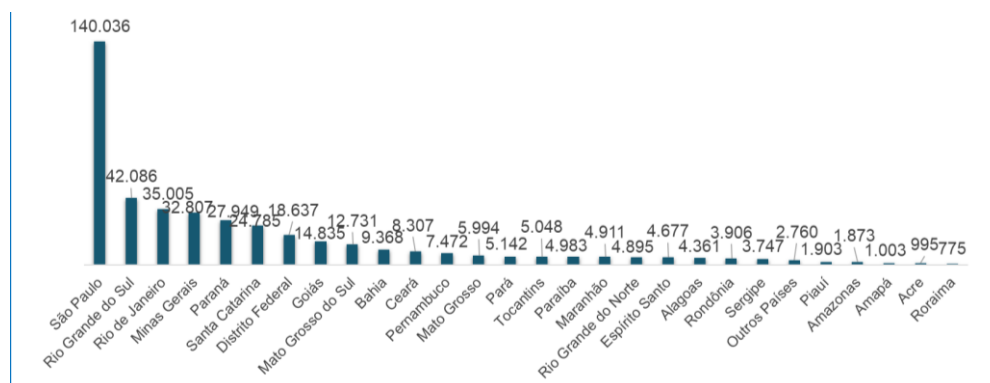


Figura 9. Processos distribuídos por UF em 2022.

¹ Considerados 33 ministros.

Processos distribuídos e registrados - janeiro a dezembro de 2022

Por órgãos julgadores

Relatores	Distribuídos e Registrados											
	NI	Corte Especial	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	Total
Ministra Presidente	4.647	3.196	1.723	1.602	483	21.528	20.600	41.231	42.553	14.033	14.004	165.600
Vice-Presidente do STJ	10.050											10.050
Francisco Falcão		63	716				6.734					7.513
Nancy Andrighi		46		373				6.923				7.342
Laurita Vaz		52			233						11.250	11.535
João Otávio de Noronha		65		66	163				1.744	8.424		10.462
Humberto Martins (3)		8	268				2.379					2.655
Maria Thereza de Assis Moura (1)												
Herman Benjamin		53	714			1	6.701					7.469
Jorge Mussi (4)		46				64				3.669		3.779
Og Fernandes (2)		67	470				4.061					4.598
Luis Felipe Salomão (5)		25		227					4.254			4.506
Mauro Campbell Marques		43	528				5.454					6.025
Benedito Gonçalves		26	459				4.303					4.788
Raul Araújo		49			362				5.136			5.547
Paulo de Tarso Sanseverino		30			537			6.352				6.919
Isabel Gallotti		75	1		336				7.039			7.451
Antonio Carlos Ferreira					212				6.936			7.148
Villas Bôas Cueva					358			6.891				7.249
Sebastião Reis Júnior						209					11.402	11.611
Marco Buzzi					474				6.929			7.403
Marco Aurélio Bellizze					319			6.920				7.239
Assusete Magalhães			711				6.683					7.394
Sérgio Kukina			24			6.706						6.730
Moura Ribeiro				337				7.032				7.369
Regina Helena Costa			712			6.733						7.445
Rogério Schietti Cruz						190					11.265	11.455
Gurgel de Faria			695			6.745						7.440
Reynaldo Soares da Fonseca						32				11.409		11.441
Ribeiro Dantas						272				11.331		11.603
Antonio Saldanha Palheiro						223					11.257	11.480
Joel Ilan Paciornik						201				11.328		11.529
Messod Azulay Neto (6)						10				610		620
Paulo Sérgio Domingues (7)			54			312						366
Comissão Gestora de Precedentes (8)	1	1	346	248	90	118	122	62	54	32	30	1.104
Presidente da 1ª Seção			224									224
Presidente da 2ª Seção				24								24
Presidente da 3ª Seção					95							95
Manoel Erhardt (Des. Convocado) (9)			707				6.155					6.862
Olindo Menezes (Des. Convocado) (10)						203					10.533	10.736
Jesuíno Rissato (Des. Convocado) (11)						180				9.415	590	10.185
Total	14.698	3.845	8.352	5.475	2.649	52.600	52.734	75.411	74.645	70.251	70.331	430.991

Fontes: Secretaria Judiciária e STI (BI).

Nos processos da Ministra Presidente no ARP/ NUGEPNAC estão computados também os feitos processados pela Coordenadoria de Processamento e Apoio a Julgamento da Corte Especial. Nos processos registrados à Ministra Presidente, não estão incluídos os Ag/RE, Ag/RMS e Ag/RHC.

(1) Ministra Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal a partir de 30/8/2022. (3) Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 1ª Seção 2ª Turma. (4) Vice-Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 1ª Seção 5ª Turma. (5) Ministro Corregedor Nacional de Justiça. (6) Ministro empossado em 6/12/2022. Designado para compor 3ª Seção, 5ª Turma. (7) Ministro empossado em 6/12/2022. Designado para compor 1ª Seção, 1ª Turma. (8) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no ARP conforme Portaria STJ/GP Nº 98 de 22/3/2021. (9) Desembargador convocado do TRF5 de 5/3/2021 até 6/12/2022. (10) Desembargador Convocado do TRF1 de 7/4/2021 até 6/12/2022. (11) Desembargador convocado do TJDFT de 26/8/2022 até 6/12/2022. Reconvoado a partir de 7/12/2022.

Processos distribuídos e registrados - janeiro a dezembro de 2021

Por classes de feitos

Relatores	Ag	Alien Bac	APn	AR	AREsp	CAT	Caul nom Crim	CC	Com	CR	EAg	EAREsp	Emb Ac	Emb Exe	EREsp	ET	Exe	Ex Imp	Ex Susp	HC	HD	HDE	IF	IJ	Inq	MI	MPU MP	MS	NC	PB AC	Pet	Prc	PUIL	Queb Sig	Rcl	Re Co Ap	REsp	RHC	RMS	RO	Rp	RPV	RvCr	SD	SEC	SIR DR	SLS	SS	TP	Total
Ministro Presidente	132			116	152.031			386		939	1	1.067			539	2		5	6.442	1.426		1			3		614		120	1.743			378		2.729	13	438			898	42		1	150	68	71	170.355			
Ministro Vice-Presidente	7		3	37	3.850			175		1		338			151	17		4	2.149	6	2	1	1			114		14			5		39		994	273	370	2			4	1	2	3	5	8.568				
Felix Fischer (4)			1		491			101				4			5				4.248				2			7		6				1	11		573	1.112	21									6.592				
Francisco Falcão	1		2	7	2.896		1	419				19	1		12	5			13	1	1	1	2			34		14		68	1	25	10	3.114	1	190									9	6.847				
Nancy Andri ghi			1	8	3.402			259				18			8	1			1	27		1			1	1	12	1	27		1	3	53	4	1.754	6	12				1				24	5.626				
Laurita Vaz			1	1	860			145				13			10				7.232		2					10		12			2	24	2	915	1.880	21				9	1			2	11.142					
João Otávio de Noronha			1	1	884			148				15			8				7.068		3		1			8	1	6				28		922	1.951	27				9	1			1	11.083					
Humberto Martins (1)																																																		
Maria Thereza de Assis Moura (3)																																																		
Herman Benjamin		1	18	11	2.834			434				19			19				13	2	2		3			1	33		17		87		31	14	3.131		187									16	6.873			
Jorge Mussi (2)		1	3					3				10			11										1		3		1																				34	
Og Fernandes	1		3	10	2.875			421				16			17	1			9								42		21		63		27	3	3.045	2	192				1					15	6.764			
Luis Felipe Salomão				7	3.309			333				18	1		19	1			23		4						17		31		1	1	53	3	1.733	5	11									37	5.607			
Mauro Campbell Marques			3	10	2.810			409				20	1		14				17	1	2		2				37		15		62	31	2	2.979	1	184	1								8	6.609				
Benedito Gonçalves			1	8	2.891			231	1			12			13				11	2	3				1		14		21		34	1	18	1	3.173	1	189									11	6.637			
Raul Araújo			1	13	3.406			288				14			20			2	26		2				1		15		29		2		48		1.817	4	12				1	1			30	5.732				
Paulo de Tarso Sanseverino				8	3.416			371				17			10				13		5		1				20		19				50		1.803	5	16		1						32	5.787				
Isabel Gallotti			6	1	3.532			135				8			10				14				2	2	1		10	1	27			4	36	2	1.807	6	18					1				35	5.658			
Antonio Carlos Ferreira				3	3.439			213				6			15				25								7		22			42		1.839	6	16	1								33	5.667				
Villas Bôas Cueva				4	3.418			347				15			13				19								7		19		2		54		1.840	3	22									36	5.799			
Sebastião Reis Júnior					815			152				3			1		1		7.422								14		7			31		907	1.793	33					8				2	11.189				
Marco Buzzi			4		3.520			316				11			12				24								7		24		1		56		1.825	10	16									21	5.847			
Marco Aurélio Bellizze			3		3.501			315				9			8				23								7		25		2		58		1.766	3	12									35	5.767			
Assusete Magalhães				5	2.853			422				1			8			1	14	1							36		12		76		26		3.096	1	196	1								17	6.766			
Sérgio Kukina				3	2.870			226				5			7			1	12								24		14		33		13		3.027		198									13	6.446			
Moura Ribeiro			2		3.537			174				2			8				20								5		27		2		48		1.849	3	17									24	5.718			
Regina Helena Costa			13		2.857	1		408				5			8			1	15	3							28		15		77		25		3.107	1	198									6	6.768			
Rogério Schietti Cruz					843			128				3							7.345								6		9			35		941	1.735	24						7				2	11.078			
Gurgel de Faria	1			17	2.971			440				2			9			1	13	2							30		15		73		31		3.037	2	173									13	6.830			
Reynaldo Soares da Fonseca					803			20											7.207	1							5		12				27		876	1.881	30								5	10.868				
Ribeiro Dantas					841			144				2			1				7.299								7		10			13		919	1.742	27										4	11.022			
Antonio Saldanha Palheiro					908			137				3			1				7.189								13		8		1		26		934	1.819	29									2	11.081			
Joel Ilan Paciornik					910			155				1							7.276								10		9			14		940	1.785	24									1	11.133				
Comissão Gestora de Precedentes (5)					246														1													1		591							6					845				
Presidente da 1ª Seção				1													146																2														2	175		
Presidente da 2ª Seção				9													9																8																27	
Presidente da 3ª Seção														3			124																																132	
Manoel Erhardt (Desembargador Convocado) (6)				7	2.325			330				5			12				12	1								19		15		57		85		2.347	1	158								4	5.378			
Olindo Menezes (Desembargador Convocado) (7)					660			114				3			1				5.187									2		2			1																	

4. Processos Julgados

Em 2022, foram proferidas no STJ 588.413, considerando as 146.511 (24,90%) decisões proferidas em recursos internos entre Agravos Regimentais (AgRg), Agravos Internos (AgInt) e Embargos de Declaração (EDcl), o que representou aumento de 5,00% (28.021) em relação à 2021, dando sequência ao aumento de 11,35% (57.102) no ano anterior, após forte queda em 2020 que interrompeu três anos de crescimento entre 2016 e 2019. Esse aumento pode ser observado tanto em relação aos julgamentos em processo principal que exibiram aumento de 3,27% (14.007), quanto nos julgamentos em recursos internos que apresentaram aumento mais intenso de 10,58% (14.014) (figura 10). Do total de julgados, 115.240 (19,58%) foram decididos em sessão e 473.173 (80,42%) monocraticamente.

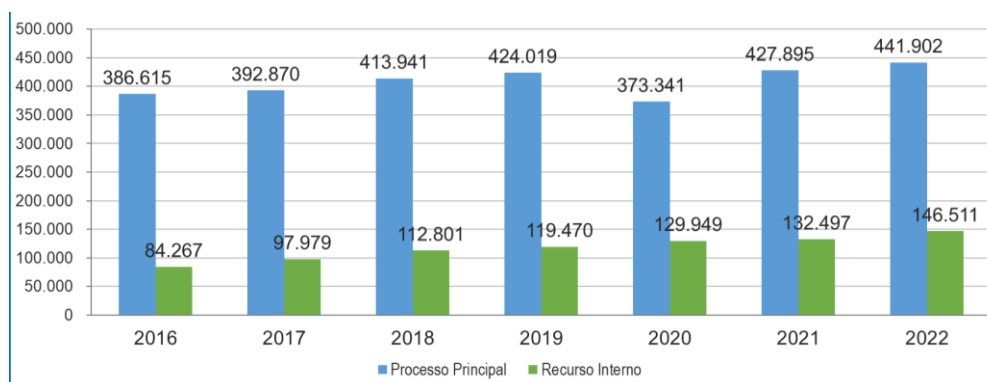


Figura 10. Série histórica das decisões terminativas no Tribunal e decisões em recursos internos (AgInt, AgRg e EDcl) entre 2016 e 2022.

O número de julgados em processos principais (441.902) supera o total de distribuídos e registrados (430.991) em 2,53% ou 10.911 decisões, o que resultou no cumprimento da meta 1 das Metas Nacionais do Poder Judiciário - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente (figura 11a). As principais classes de feito julgadas foram o AREsp 243.195 (55,03%), seguido pelo HC 79.505 (17,99%), e pelo REsp 76.853 (17,39%) (figura 11b).

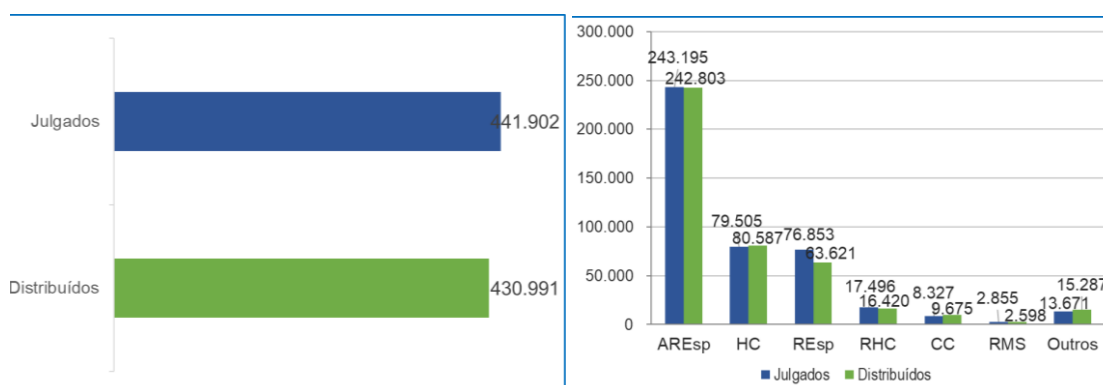


Figura 11(a). À esquerda decisões terminativas e distribuídos em 2022. Figura 11(b). À direita. Decisões terminativas e distribuídos por classe em 2022.

A série histórica das principais classes de decisões terminativas mostra aumento de 8,89% (19.860) do julgamento dos AREsp em 2022, atingindo recorde histórico e o segundo ano consecutivo de alta após forte queda em 2020. As decisões em HC tiveram redução de 6,11% (5.172), interrompendo sequência de alta que seguia desde 2016. O julgamento dos REsp apresentou alta de 6,28% (4.543), mas ainda se mantém distante dos níveis pré-pandemia quando a média de julgados entre 2016 e 2019 foi de 90.032 julgados (figura 12).

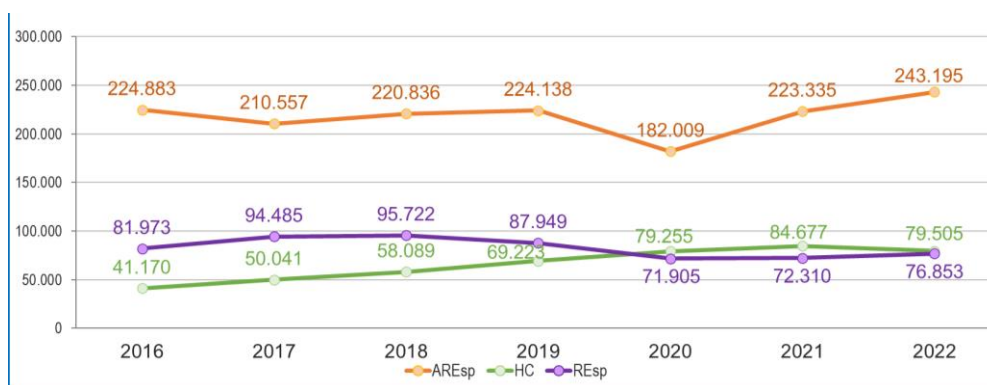


Figura 12. Série histórica dos julgados por principais classes processuais.

Analisando a série histórica dos julgados em processos principais de acordo com os principais ramos de direito, o ramo civil apresentou forte alta de 12,75% (18.944) dando sequência ao crescimento de 15,36% (19.780) no ano anterior, atingindo recorde histórico e se tornando o principal catalisador do aumento geral de processos julgados considerando que é o ramo com o maior volume de processos julgados e os demais ramos apresentaram pequenas reduções ou ampliações menos relevantes. O penal permaneceu estável com pequeno aumento de 0,69% (1.006) interrompendo cinco anos consecutivos de crescimento desde 2016, com média de crescimento de 10,64% ao ano até 2021. O administrativo teve queda de 7,20% (5.151) após aumento de 15,69% (9.702) em 2021, seguindo abaixo dos níveis pré-pandemia (média de 77.743 entre 2016 e 2019). O tributário exibiu queda de 5,72% (1.895), o terceiro ano consecutivo de queda após período de estabilidade entre 2016 e 2019. O previdenciário permaneceu estável em 2022 com pequena redução de 0,91% (230), após forte alta de 34,80% (6.558) em 2021 que sucedeu longo período de queda desde 2016 (figura 13).

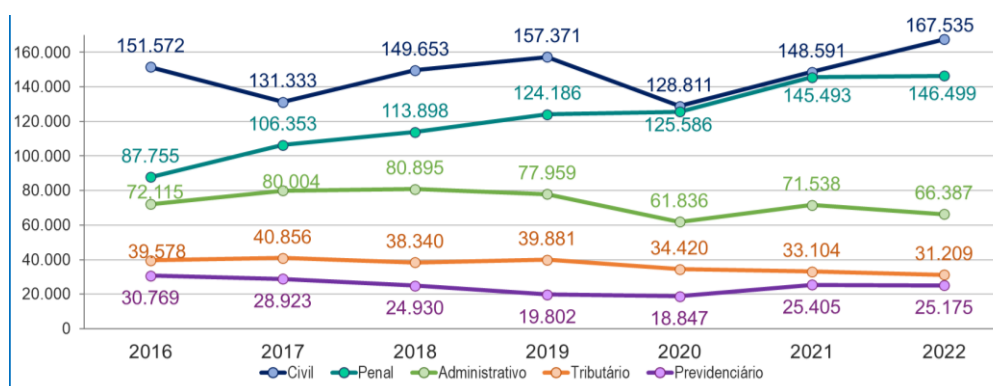


Figura 13. Série histórica das decisões terminativas por ramo de direito.

O STJ é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. As principais classes de feitos enviadas ao STJ contestando decisões proferidas em instâncias inferiores são o REsp e o AREsp, que somados compõem 72,43% (320.048) das decisões julgadas em processos principais no ano. Portanto, ao analisar o teor dessas classes é possível verificar a proporção de julgamentos no país que estão seguindo a interpretação do Tribunal. Analisando os gráficos abaixo, dos processos que tiveram o seu mérito analisado, 28,13% (41.299) dos REsp e AREsp julgados pelo STJ em 2022 foram concedidos, ou seja, 71,87% dos processos analisados pelo tribunal não tiveram o teor da decisão do tribunal de origem alterada, indicando que a jurisprudência do STJ tem sido aplicada na maioria dos casos (figura 14a). No gráfico à direita, apenas 6,48% (5.752) dos recursos em AgInt e AgRg em que o mérito foi analisado foram concedidos, indicando uma baixa taxa de reforma das decisões prévias das cortes inferiores (figura 14b).

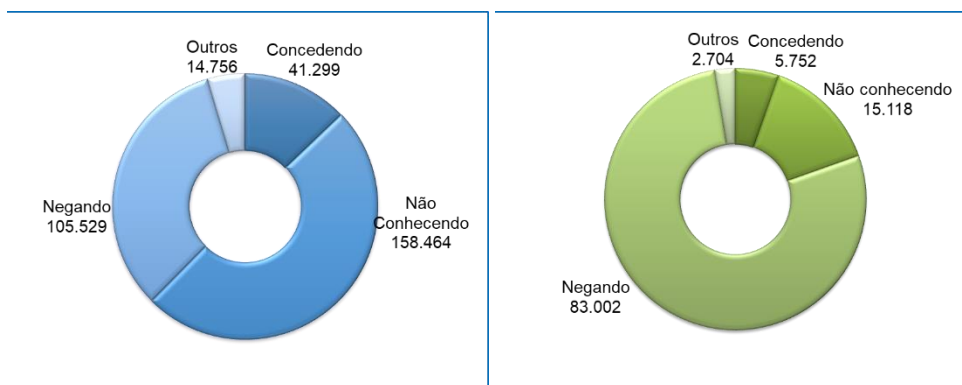


Figura 14(a). À esquerda teor das decisões em processos principais. Figura 14(b) À direita teor das decisões em recursos internos (AgRg, AgInt).

O tempo médio entre a distribuição de um processo e a sua primeira decisão terminativa (excluídas decisões em recursos internos) foi de 124,72 dias, redução de 3,67% (4,75 dias) em comparação com o ano passado e redução média de 13,45% desde 2016 quando o tempo médio passou a apresentar tendência de queda (figura 15).

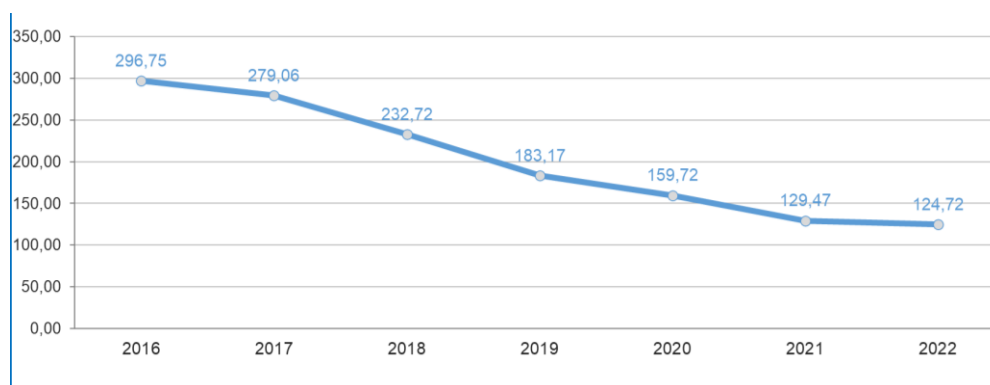


Figura 15. Série histórica do tempo médio da distribuição até a primeira decisão terminativa (excluídos recursos em AgRg, EDcl e AgInt).

As tabelas e gráficos abaixo mostram em detalhe o julgamento dos processos por ministros, seções e turmas.

4. Processos Julgados

Em 2022, foram proferidas no STJ 588.413 decisões, considerando as 146.511 (24,90%) decisões proferidas em recursos internos entre Agravos Regimentais (AgRg), Agravos Internos (AgInt) e Embargos de Declaração (EDcl), o que representou aumento de 5,00% (28.021) em relação à 2021, dando sequência ao aumento de 11,35% (57.102) no ano anterior, após forte queda em 2020 que interrompeu três anos de crescimento entre 2016 e 2019. Esse aumento pode ser observado tanto em relação aos julgamentos em processo principal que exibiram aumento de 3,27% (14.007), quanto nos julgamentos em recursos internos que apresentaram aumento mais intenso de 10,58% (14.014) (figura 10). Do total de julgados, 115.240 (19,58%) foram decididos em sessão e 473.173 (80,42%) monocraticamente.

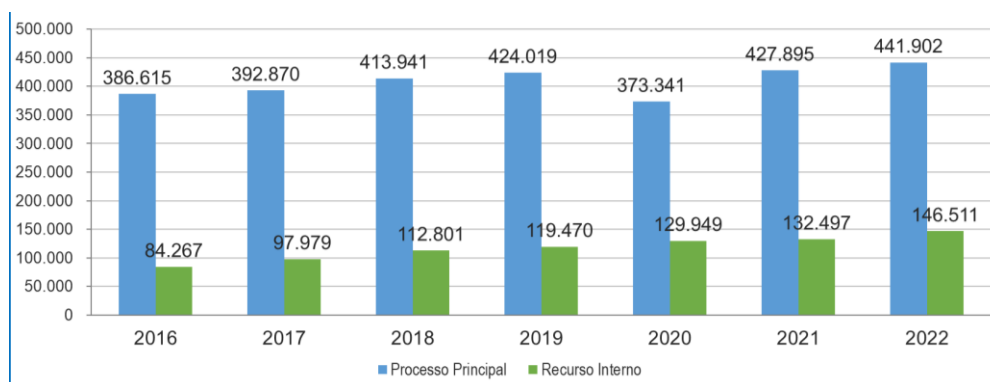


Figura 10. Série histórica das decisões terminativas no Tribunal e decisões em recursos internos (AgInt, AgRg e EDcl) entre 2016 e 2022.

O número de julgados em processos principais (441.902) supera o total de distribuídos e registrados (430.991) em 2,53% ou 10.911 decisões, o que resultou no cumprimento da meta 1 das Metas Nacionais do Poder Judiciário - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente (figura 11a). As principais classes de feito julgadas foram o AREsp 243.195 (55,03%), seguido pelo HC 79.505 (17,99%), e pelo REsp 76.853 (17,39%) (figura 11b).

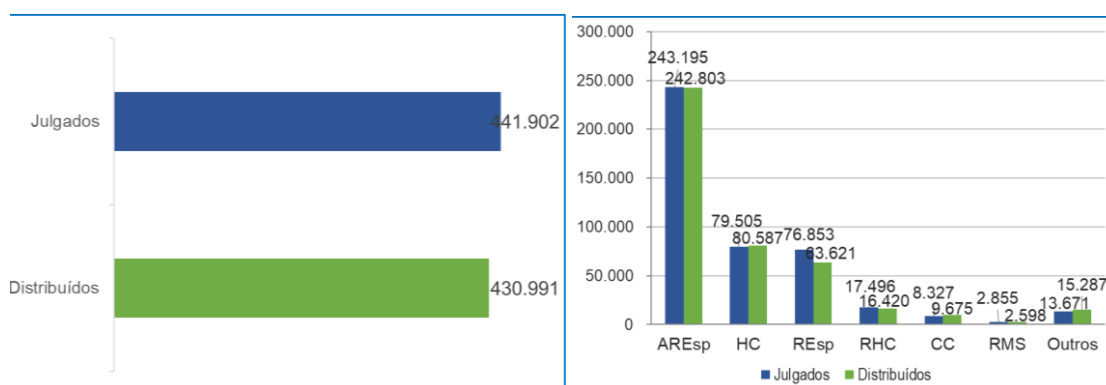


Figura 11(a). À esquerda decisões terminativas e distribuídos em 2022. Figura 11(b). À direita. Decisões terminativas e distribuídos por classe em 2022.

A série histórica das principais classes de decisões terminativas mostra aumento de 8,89% (19.860) do julgamento dos AREsp em 2022, atingindo recorde histórico e o segundo ano consecutivo de alta após forte queda em 2020. As decisões em HC tiveram redução de 6,11% (5.172), interrompendo sequência de alta que seguia desde 2016. O julgamento dos REsp apresentou alta de 6,28% (4.543), mas ainda se mantém distante dos níveis pré-pandemia quando a média de julgados entre 2016 e 2019 foi de 90.032 julgados (figura 12).

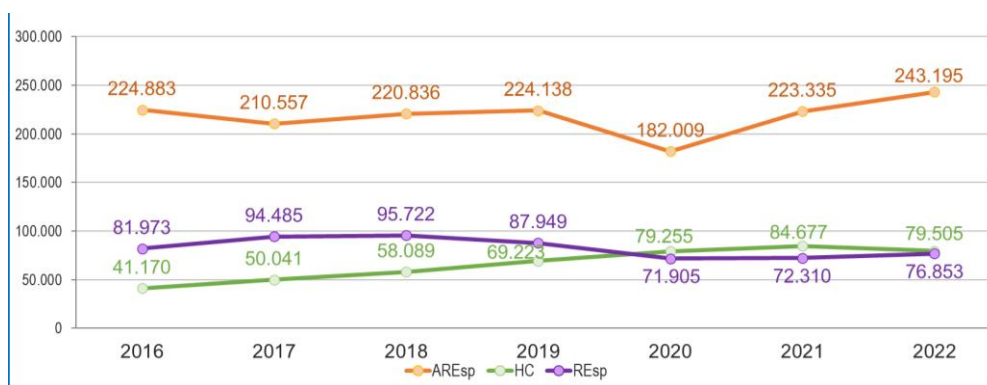


Figura 12. Série histórica dos julgados por principais classes processuais.

Analisando a série histórica dos julgados em processos principais de acordo com os principais ramos de direito, o ramo civil apresentou forte alta de 12,75% (18.944) dando sequência ao crescimento de 15,36% (19.780) no ano anterior, atingindo recorde histórico e se tornando o principal catalisador do aumento geral de processos julgados considerando que é o ramo com o maior volume de processos julgados e os demais ramos apresentaram pequenas reduções ou ampliações menos relevantes. O penal permaneceu estável com pequeno aumento de 0,69% (1.006) interrompendo cinco anos consecutivos de crescimento desde 2016, com média de crescimento de 10,64% ao ano até 2021. O administrativo teve queda de 7,20% (5.151) após aumento de 15,69% (9.702) em 2021, seguindo abaixo dos níveis pré-pandemia (média de 77.743 entre 2016 e 2019). O tributário exibiu queda de 5,72% (1.895), o terceiro ano consecutivo de queda após período de estabilidade entre 2016 e 2019. O previdenciário permaneceu estável em 2022 com pequena redução de 0,91% (230), após forte alta de 34,80% (6.558) em 2021 que sucedeu longo período de queda desde 2016 (figura 13).

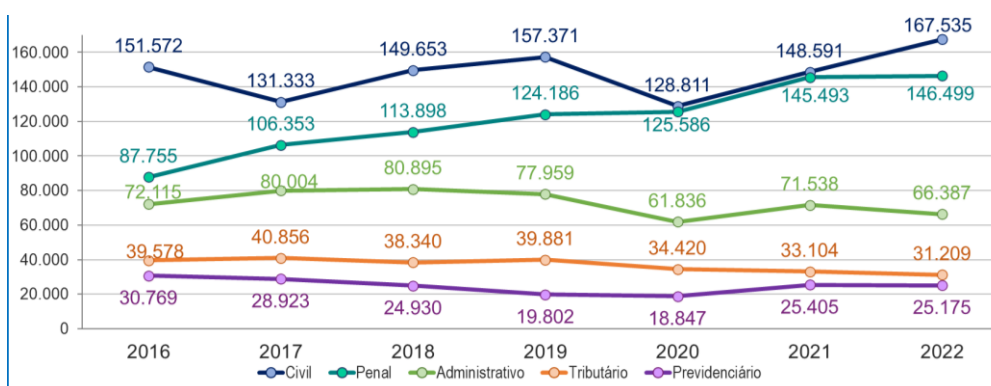


Figura 13. Série histórica das decisões terminativas por ramo de direito.

O STJ é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. As principais classes de feitos enviadas ao STJ contestando decisões proferidas em instâncias inferiores são o REsp e o AREsp, que somados compõem 72,43% (320.048) das decisões julgadas em processos principais no ano. Portanto, ao analisar o teor dessas classes é possível verificar a proporção de julgamentos no país que estão seguindo a interpretação do Tribunal. Analisando os gráficos abaixo, dos processos que tiveram o seu mérito analisado, 28,13% (41.299) dos REsp e AREsp julgados pelo STJ em 2022 foram concedidos, ou seja, 71,87% dos processos analisados pelo tribunal não tiveram o teor da decisão do tribunal de origem alterada, indicando que a jurisprudência do STJ tem sido aplicada na maioria dos casos (figura 14a). No gráfico à direita, apenas 6,48% (5.752) dos recursos em AgInt e AgRg em que o mérito foi analisado foram concedidos, indicando uma baixa taxa de reforma das decisões prévias das cortes inferiores (figura 14b).

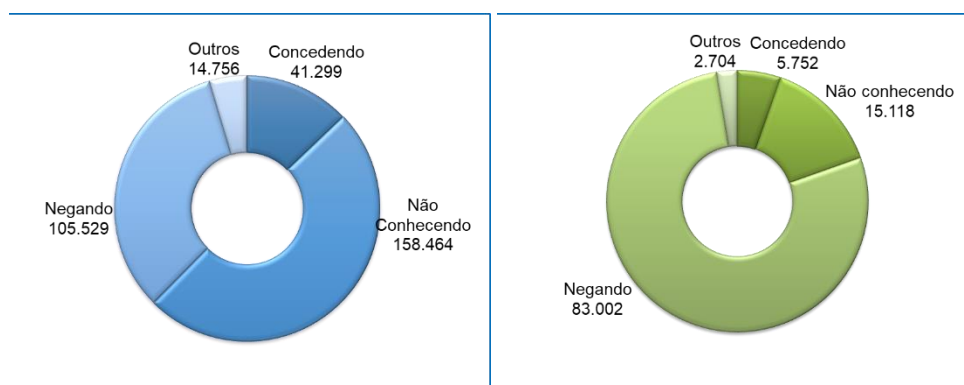


Figura 14(a). À esquerda teor das decisões em processos principais. Figura 14(b) À direita teor das decisões em recursos internos (AgRg, AgInt).

O tempo médio entre a distribuição de um processo e a sua primeira decisão terminativa (excluídas decisões em recursos internos) foi de 124,72 dias, redução de 3,67% (4,75 dias) em comparação com o ano passado e redução média de 13,45% desde 2016 quando o tempo médio passou a apresentar tendência de queda (figura 15).

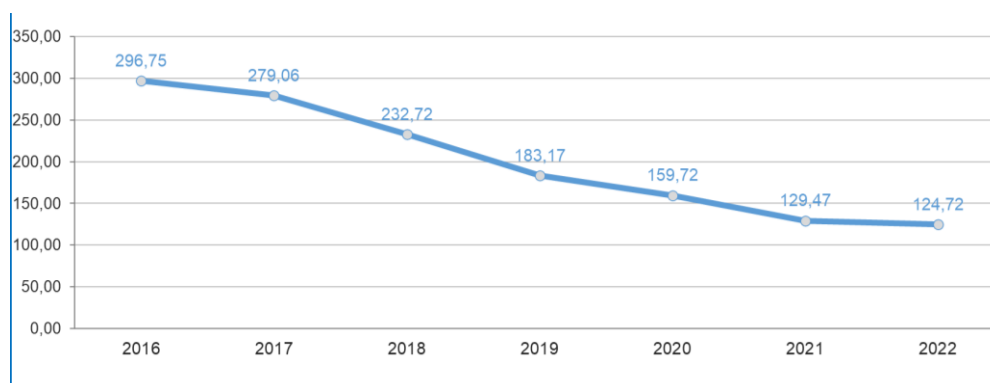


Figura 15. Série histórica do tempo médio da distribuição até a primeira decisão terminativa (excluídos recursos em AgRg, EDcl e AgInt).

As tabelas e gráficos abaixo mostram em detalhe o julgamento dos processos por ministros, seções e turmas.

Decisões colegiadas e monocráticas terminativas - janeiro a dezembro de 2022
Por órgãos julgadores

Relatores	Decisões colegiadas											Decisões monocráticas (B)	Subtotal C=A+B	Liminares (D)	Decisões interlocutórias (E)	Total geral (C+D+E)
	Corte Especial	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	Total (A)					
Ministra Presidente	218						1				219	176.949	177.168	9.480	9.967	196.615
Ministro Vice-Presidente	3.329	3							7	8	3.347	332	3.679	22	653	4.354
Francisco Falcão	103	418				5.142					5.663	11.850	17.513	88	514	18.115
Nancy Andrighi	64		191				4.356				4.611	8.441	13.052	122	228	13.402
Laurita Vaz	36			77						2.733	2.846	11.637	14.483	1.640	63	16.186
João Otávio de Noronha	91		11	21				475	1.742		2.340	10.458	12.798	1.609	193	14.600
Humberto Martins (3)	13	34				362					409	2.047	2.456	45	163	2.664
Maria Thereza de Assis Moura (1)																
Herman Benjamin	84	514				4.317					4.915	9.144	14.059	93	138	14.290
Jorge Mussi (4)	9			4					251		264	1.733	1.997	1.934	70	4.001
Og Fernandes (2)	46	172				2.550					2.768	5.220	7.988	37	116	8.141
Luis Felipe Salomão (5)	45		159					3.079			3.283	5.987	9.270	23	148	9.441
Mauro Campbell Marques	52	358				3.720					4.130	7.873	12.003	51	178	12.232
Benedito Gonçalves	114	222			4.086						4.422	8.516	12.938	13	1.236	14.187
Raul Araújo	93		94					4.135			4.322	7.788	12.110	188	208	12.506
Paulo de Tarso Sanseverino	68		113				3.087				3.268	6.850	10.118	123	254	10.495
Isabel Gallotti	56		86					3.750			3.892	9.338	13.230	187	84	13.501
Antonio Carlos Ferreira			55					4.527			4.582	9.194	13.776	165	520	14.461
Villas Bôas Cueva			112				4.006				4.118	6.241	10.359	177	224	10.760
Sebastião Reis Júnior				83						2.584	2.667	12.340	15.007	3.091	166	18.264
Marco Buzzi			193					4.701			4.894	9.402	14.296	203	390	14.889
Marco Aurélio Bellizze			115				3.779				3.894	9.294	13.188	130	87	13.405
Assusete Magalhães		433				3.670					4.103	8.863	12.966	53	149	13.168
Sérgio Kukina		274			4.256						4.530	11.532	16.062	22	81	16.165
Moura Ribeiro			149				3.365				3.514	8.884	12.398	129	178	12.705
Regina Helena Costa		615			3.901						4.516	12.403	16.919	25	132	17.076
Rogério Schiatti Cruz				45						2.858	2.903	13.503	16.406	3.223	144	19.773
Gurgel de Faria		352			4.239						4.591	10.050	14.641	40	356	15.037
Reynaldo Soares da Fonseca				13					3.389		3.402	12.298	15.700	1.138	90	16.928
Ribeiro Dantas				71					3.301		3.372	12.966	16.338	2.918	135	19.391
Antonio Saldanha Palheiro				39						2.405	2.444	11.635	14.079	5.265	258	19.602
Joel Ilan Paciornik				83					2.924		3.007	11.817	14.824	4.101	239	19.164
Messod Azulay Neto (6)				7					75		82	367	449	224	6	679
Paulo Sérgio Domingues (7)												11	11	5	2	18
Comissão Gestora de Precedentes (8)												14	14			14
Presidente da 1ª Seção												118	118	106	492	716
Presidente da 2ª Seção												8	8		15	23
Presidente da 3ª Seção				82							82	322	404	26	1.234	1.664
Manoel Erhardt (Des. Convocado) (9)		369			1.968						2.337	6.966	9.303	139	155	9.597
Olindo Menezes (Des. Convocado) (10)				18						2.506	2.524	10.590	13.114	3.627	63	16.804
Jesuíno Rissato (Des. Convocado) (11)				38					2.933	7	2.978	10.192	13.170	4.432	108	17.710
Ministros aposentados		1									1		1			1
Total	4.421	3.765	1.278	581	18.450	19.761	18.594	20.667	14.622	13.101	115.240	473.173	588.413	44.894	19.437	652.744

Fontes: Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; ARP e STI (B).

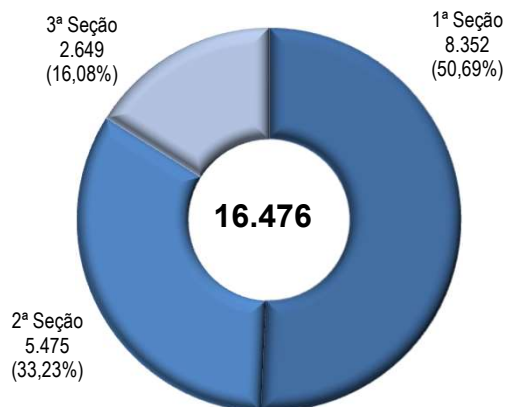
Nota: Nos processos julgados estão incluídos 78.824 AgInt, 27.752 AgRg e 39.935 EDcl, totalizando 146.511 feitos no ano. Nos processos da ministra presidente estão incluídos os feitos de sua competência e as decisões decorrentes do disposto no art. 21, XIII, letra "c" do RISTJ.

(1) Ministra Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal a partir de 30/8/2022. (3) Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 1ª Seção 2ª Turma. (4) Vice-Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 3ª Seção 5ª Turma. (5) Ministro Corregedor Nacional de Justiça. (6) Ministro empossado em 6/12/2022. Designado para compor 3ª Seção, 5ª Turma. (7) Ministro empossado em 6/12/2022. Designado para compor 1ª Seção, 1ª Turma. (8) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no ARP conforme Portaria STJ/GP Nº 98 de 22/3/2021. (9) Desembargador convocado do TRF5 de 5/3/2021 até 6/12/2022.

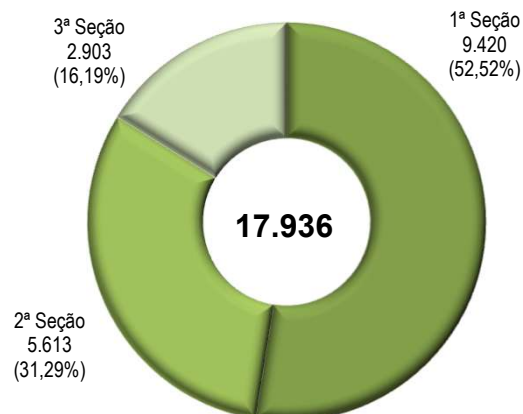
(10) Desembargador Convocado do TRF1 de 7/4/2021 até 6/12/2022. (11) Desembargador convocado do TJDFT de 26/8/2022 até 6/12/2022. Reconvoado a partir de 7/12/2022.

Distribuição e julgamento nas seções

Distribuídos nas Seções - janeiro a dezembro de 2022

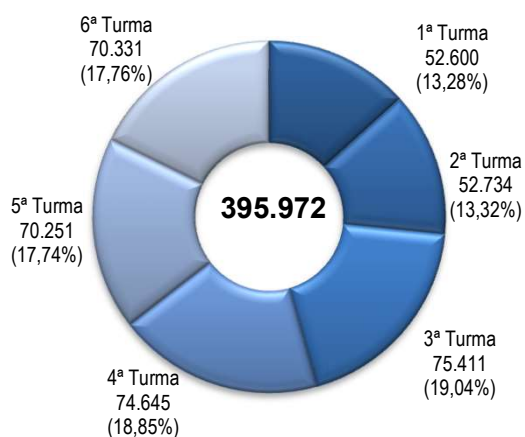


Julgados nas Seções - janeiro a dezembro de 2022

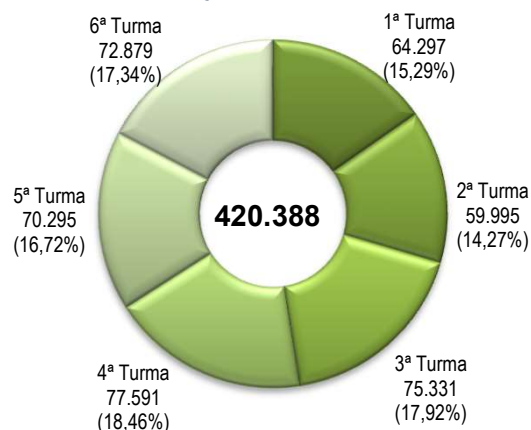


Distribuição e julgamento nas turmas

Distribuídos nas Turmas - janeiro a dezembro de 2022



Julgados nas Turmas - janeiro a dezembro de 2022



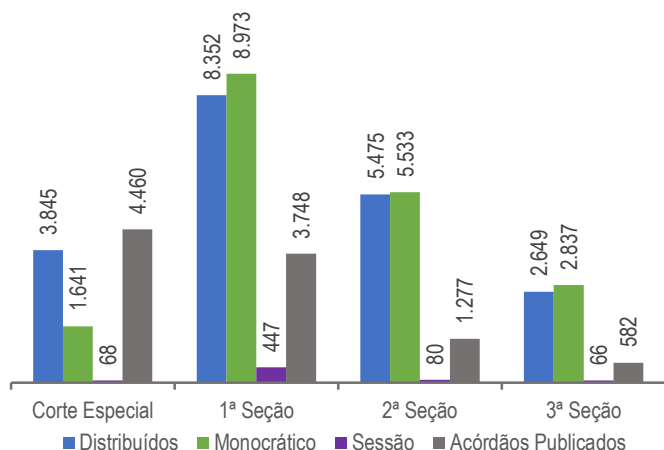
Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministros; ARP e STI (BI, Sistema Justiça).

Nota: Nos processos julgados não estão incluídos:

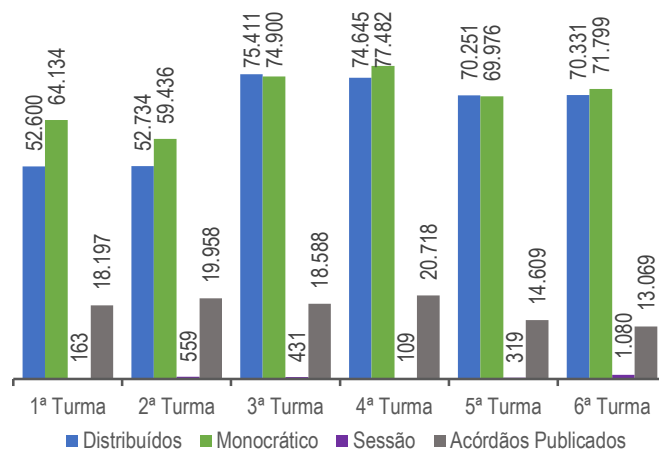
No mês de dezembro: 5.288 Agravos Internos, 1.985 Agravos Regimentais e 2.259 Embargos de Declaração totalizando 9.532 feitos;
No período de janeiro a dezembro: 78.824 Agravos Internos, 27.752 Agravos Regimentais e 39.935 Embargos de Declaração totalizando 146.511 feitos.

Processos distribuídos, registrados, julgados e acórdãos publicados - 2022

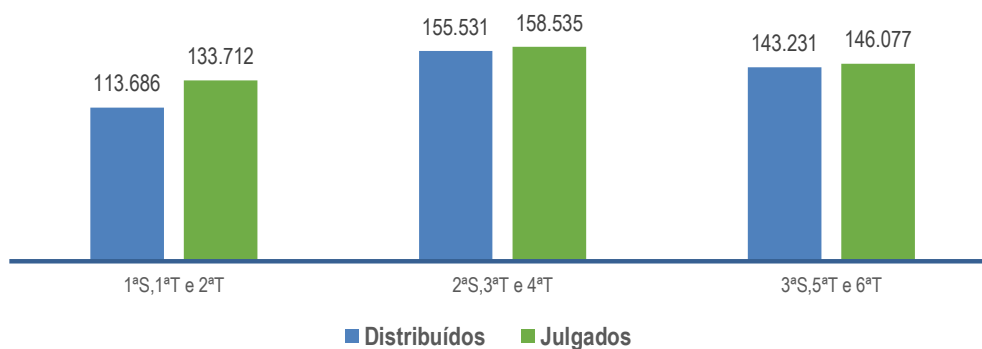
Corte Especial e Seções - janeiro a dezembro



Turmas - janeiro a dezembro



Processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas - janeiro a dezembro



Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministros; ARP e STI (BI).

Notas: Nos processos da Corte Especial estão incluídos os processos distribuídos e decididos monocriticamente referentes a processos registrados de competência exclusiva da ministra presidente processados no âmbito do referido órgão julgador.

Nos processos julgados não estão incluídos 5.288 Agravos Internos, 1.985 Agravos Regimentais e 2.259 Embargos de Declaração, totalizando 9.532 feitos no mês e 78.824 Agravos Internos, 27.752 Agravos Regimentais e 39.935 Embargos de Declaração, totalizando 146.511 feitos no ano.

Nos dados acima estão computados os acordãos dos recursos internos (AgInt, AgRg e Edcl)

Teor das decisões
janeiro a dezembro de 2022

Classes de feitos Processo principal	Não conhecendo		Concedendo		Negando		Outros		Total
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Agravo em Recurso Especial (AREsp)	140.443	57,7%	11.856	4,9%	82.508	33,9%	8.388	3,4%	243.195
Habeas Corpus (HC)	21.449	27,0%	18.665	23,5%	37.764	47,5%	1.627	2,0%	79.505
Recurso Especial (REsp)	18.021	23,4%	29.443	38,3%	23.021	30,0%	6.368	8,3%	76.853
Recurso em Habeas Corpus (RHC)	1.760	10,1%	2.039	11,7%	13.179	75,3%	518	3,0%	17.496
Conflito de Competência (CC)	1.298	15,6%	35	0,4%	118	1,4%	6.876	82,6%	8.327
Recurso em Mandado de Segurança (RMS)	833	29,2%	262	9,2%	1.585	55,5%	175	6,1%	2.855
Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp)	74	4,0%	118	6,4%	1.559	84,0%	105	5,7%	1.856
Reclamação (Rcl)	546	29,9%	96	5,3%	594	32,5%	589	32,3%	1.825
Homologação de Decisão Estrangeira (HDE)			1.422	93,0%	4	0,3%	103	6,7%	1.529
Embargos de Divergência em Recurso Especial (EREsp)	108	7,2%	286	19,0%	979	65,0%	134	8,9%	1.507
Mandado de Segurança (MS)	16	1,1%	223	15,2%	988	67,2%	243	16,5%	1.470
Carta Rogatória (CR)	5	0,4%	172	13,3%	2	0,2%	1.114	86,2%	1.293
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL)	446	45,7%	250	25,6%	150	15,4%	129	13,2%	975
Petição (Pet)	106	17,4%	39	6,4%	211	34,6%	254	41,6%	610
Pedido de Tutela Provisória (TP)	54	9,8%	53	9,6%	190	34,4%	255	46,2%	552
Ação Rescisória (AR)	10	2,2%	59	13,0%	254	56,1%	130	28,7%	453
Execuções (Exe)	1	0,3%	4	1,1%	1	0,3%	347	98,3%	353
Requisição de Pequeno Valor (RPV)			9	3,1%	1	0,3%	281	96,6%	291
Suspensão de Liminar e de Sentença (SLS)	45	21,7%	57	27,5%	10	4,8%	95	45,9%	207
Revisão Criminal (RvCr)	43	26,4%	4	2,5%	96	58,9%	20	12,3%	163
Agravo de Instrumento (Ag)	115	84,6%	2	1,5%	15	11,0%	4	2,9%	136
Suspensão de Segurança (SS)	7	9,7%	17	23,6%	6	8,3%	42	58,3%	72
Precatório (Prc)			5	7,4%	1	1,5%	62	91,2%	68
Restituição de Coisas Apreendidas (ReCoAp)			17	28,3%	13	21,7%	30	50,0%	60
Ação Penal (APn)	1	2,6%	10	26,3%	18	47,4%	9	23,7%	38
Exceção de Suspeição (ExSusp)	5	16,7%			20	66,7%	5	16,7%	30
Habeas Data (HD)	2	8,3%			13	54,2%	9	37,5%	24
Medida Cautelar (MC)					16	80,0%	4	20,0%	20
Embargos do Acusado (EmbAc)			4	20,0%	4	20,0%	12	60,0%	20
Embargos de Terceiros (ET)			4	23,5%	6	35,3%	7	41,2%	17
Inquérito (Inq)			2	11,8%	2	11,8%	13	76,5%	17
Sentença Estrangeira (SE)			10	76,9%			3	23,1%	13
Cautelar Inominada Criminal (CaulnomCrim)			2	16,7%	3	25,0%	7	58,3%	12
Recurso Ordinário (RO)	6	50,0%	4	33,3%	2	16,7%			12
Interpelação Judicial (IJ)					4	57,1%	3	42,9%	7
Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR)							5	100,0%	5
Ped. de Quebra de Sigilo de Dados(QuebSig)					1	20,0%	4	80,0%	5
Mandado de Injunção (MI)			2	40,0%	2	40,0%	1	20,0%	5
Representação (Rp)					1	25,0%	3	75,0%	4
Embargos de Execuções (EmbExe)							4	100,0%	4
Exceção de Impedimento (ExImp)					2	66,7%	1	33,3%	3
Sindicância (Sd)					2	66,7%	1	33,3%	3
Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)			2	100,0%					2
Sentença Estrangeira Contestada (SEC)			1	50,0%	1	50,0%			2
Pedido de Busca e Apreensão Criminal (PBAC)							2	100,0%	2
Embargos de Divergência em Agravo de Instrumento (Eag)					1	100,0%			1
Pedido de Prisão Preventiva							1	100,0%	1
Conflito de Atribuições (CAI)					1	100,0%			1
Intervenção Federal (IF)					1	100,0%			1
Apelação Cível (AC)	1	100,0%							1
Medidas investigatórias sobre organizações criminosas (MISOC)					1	100,0%			1
Total	185.395	42,0%	65.174	14,7%	163.350	37,0%	27.983	6,3%	441.902
Recursos internos									
Agravo Interno (AgInt)	10.944	13,9%	3.718	4,7%	61.567	78,1%	2.595	3,3%	78.824
Embargos de Declaração (EDcl)	1.339	3,4%	5.684	14,2%	32.531	81,5%	381	1,0%	39.935
Agravo Regimental (AgRg)	4.174	15,0%	2.034	7,3%	21.435	77,2%	109	0,4%	27.752
Total Geral	201.852	34,3%	76.610	13,0%	278.883	47,4%	31.068	5,3%	588.413

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 7/4/1989 a 31/12/2022

Processo Ano	Distribuídos (B)	Julgados					Pendentes		
		Processo principal (C)	AgInt (D)	AgRg (E)	EDcl (F)	Total de julgados (C+D+E+F)	Percentual em relação ao ano anterior	Valor absoluto (B-C)	(%) (B-C) / B
1989	6.103	3.550		90	71	3.711	...	2.553	41,83%
1990	14.087	10.829		507	406	11.742	216,41%	3.258	23,13%
1991	23.368	17.527		1.139	601	19.267	64,09%	5.841	25,00%
1992	33.872	28.673		1.926	829	31.428	63,12%	5.199	15,35%
1993	33.336	31.295		2.372	1.438	35.105	11,70%	2.041	6,12%
1994	38.670	39.034		2.378	1.620	43.032	22,58%	-364	-0,94%
1995	68.576	57.338		3.245	1.749	62.332	44,85%	11.238	16,39%
1996	77.032	71.122		4.263	2.244	77.629	24,54%	5.910	7,67%
1997	96.376	91.263		7.095	3.696	102.054	31,46%	5.113	5,31%
1998	92.107	85.694		10.591	5.182	101.467	-0,58%	6.413	6,96%
1999	118.977	116.024		7.441	4.577	128.042	26,19%	2.953	2,48%
2000	150.738	136.180		11.741	6.243	154.164	20,40%	14.558	9,66%
2001	184.478	179.364		13.952	5.297	198.613	28,83%	5.114	2,77%
2002	155.959	149.722		14.852	7.406	171.980	-13,41%	6.237	4,00%
2003	226.440	189.778		17.853	9.368	216.999	26,18%	36.662	16,19%
2004	215.411	203.041		27.164	11.104	241.309	11,20%	12.370	5,74%
2005	211.128	222.529		32.770	16.129	271.428	12,48%	-11.401	-5,40%
2006	251.020	222.245		26.346	13.752	262.343	-3,35%	28.775	11,46%
2007	313.364	277.810		35.864	16.583	330.257	25,89%	35.554	11,35%
2008	271.521	274.247		51.195	28.600	354.042	7,20%	-2.726	-1,00%
2009	292.103	254.955		48.437	25.326	328.718	-7,15%	37.148	12,72%
2010	228.981	248.625		55.904	25.754	330.283	0,48%	-19.644	-8,58%
2011	290.901	248.237		46.339	22.529	317.105	-3,99%	42.664	14,67%
2012	289.524	287.293		59.838	24.487	371.618	17,19%	2.231	0,77%
2013	309.677	274.465		56.483	23.895	354.843	-4,51%	35.212	11,37%
2014	314.316	306.491		59.915	23.646	390.052	9,92%	7.825	2,49%
2015	332.905	358.813		76.106	26.571	461.490	18,32%	-25.908	-7,78%
2016	335.779	386.910	26.282	34.551	22.979	470.722	2,00%	-51.131	-15,23%
2017	327.129	392.963	55.123	15.326	27.061	490.473	4,20%	-65.834	-20,12%
2018	348.416	412.455	62.752	16.724	32.870	524.801	7,00%	-64.039	-18,38%
2019	374.366	424.038	68.341	15.518	35.484	543.381	3,54%	-49.672	-13,27%
2020	354.395	373.741	71.788	19.635	38.535	503.699	-7,30%	-19.346	-5,46%
2021	412.590	427.906	70.223	25.997	36.279	560.405	11,26%	-15.316	-3,71%
2022	430.991	441.902	78.824	27.752	39.935	588.413	4,99%	-10.911	-2,53%
Total	7.224.636	7.246.059	433.333	831.309	542.246	9.052.947	

Fontes: Secretaria Judiciária, Secretaria de Processamento de Feitos, Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado, Gabinetes de Ministros, ARP e STI (BI).

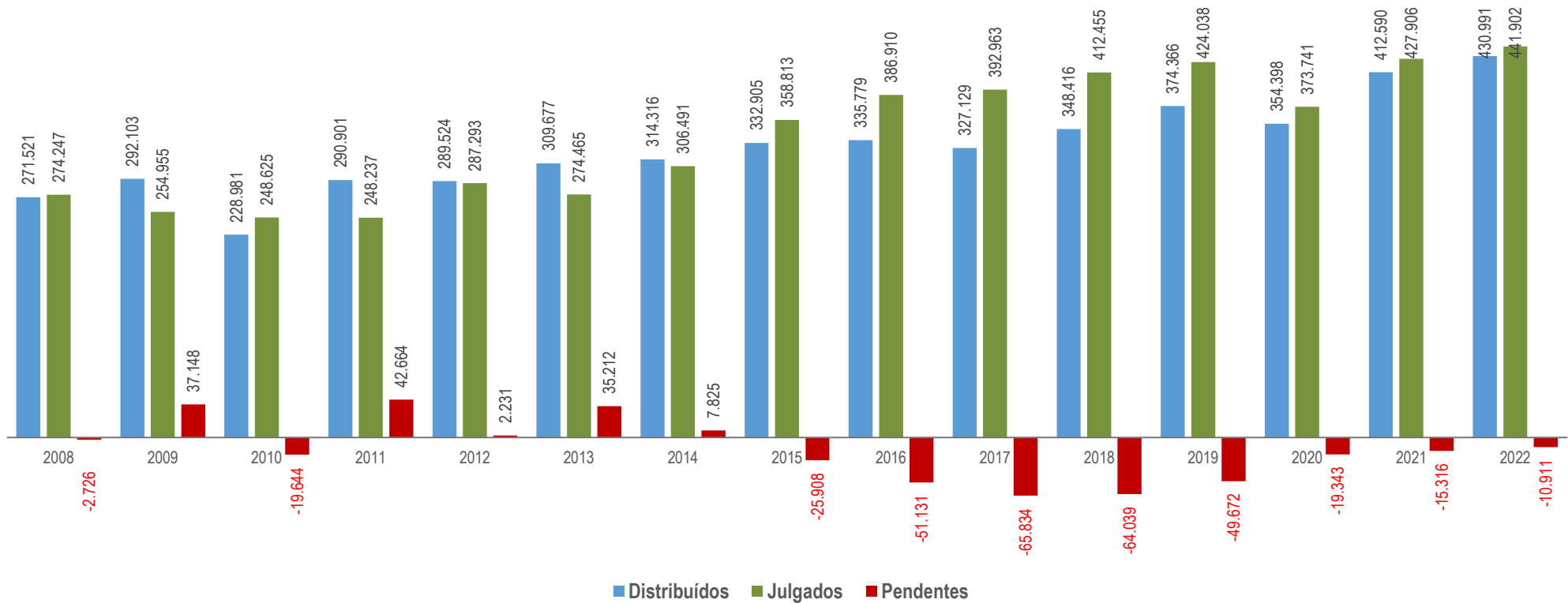
Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

Os números negativos em 1994, 2005, 2008, 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 1/1/2008 a 31/12/2022



Fontes: Secretaria Judiciária; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Secretaria de Processamento de Feitos; ARP e STI (BI).

Nota: Os números negativos em 2008, 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Nos processos julgados não estão incluídos no período: 433.333 Agravos Internos, 609.720 Agravos Regimentais e 433.951 Embargos de Declarações, totalizando, 1.477.004 feitos.

Recursos repetitivos - janeiro a dezembro de 2022 -

Temas	Temas repetitivos (CPC, Art. 1.037)				Controvérsias (CPC, Art. 1.036)		
	Afetados (aguardando julgamento)	Julgados	Acórdãos publicados	Revisados (11)	Aguardando manifestação	Canceladas	Afetadas ao repetitivo
Relatores							
Ministro Presidente							
Francisco Falcão					4	12	
Nancy Andrighi		2	2	1		1	
Laurita Vaz	2	2	2		1	1	2
João Otávio de Noronha	2				2	2	2
Humberto Martins (3)	6	1	1	1	2	2	6
Maria Thereza de Assis Moura (1)							
Herman Benjamin	5	2	2		5	7	5
Jorge Mussi (4)					1	1	1
Og Fernandes (2)		2	2			1	
Luis Felipe Salomão (5)	1	3	3				
Mauro Campbell Marques	2	2	2		3	5	2
Benedito Gonçalves	2	1	1		1	5	2
Raul Araújo	1	1	1		1	2	
Paulo de Tarso Sanseverino		1	1		1	3	
Isabel Gallotti						2	
Antonio Carlos Ferreira					1	2	
Villas Bôas Cueva	2	1	1			4	2
Sebastião Reis Júnior	1	1	1	1	1		1
Marco Buzzi	2	1	1		3	2	2
Marco Aurélio Bellizze		1	1		3		
Assusete Magalhães	6	2	2		4	3	6
Sérgio Kukina		2	2				
Moura Ribeiro						1	
Regina Helena Costa	2	2	3		5	2	2
Rogério Schietti Cruz	2					3	1
Gurgel de Faria	4	3	3		2	4	4
Reynaldo Soares da Fonseca	2					4	2
Ribeiro Dantas	1	2	2		1		1
Antonio Saldanha Palheiro	1	1	1		2	3	1
Joel Ilan Paciornik	4	3	3		3		4
Messod Azulay Neto (6)							
Paulo Sérgio Domingues (7)					1	2	
Manoel Erhardt (Des. Convocado) (8)	3	2	2				3
Olindo Menezes (Des. Convocado) (9)	1						1
Jesuíno Rissato (Des. Convocado) (10)		2	2		4		
Ministros aposentados						1	
Total	52	40	41	3	51	75	50

Fonte: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas.

Notas: Total de processos sobrestados na origem por temas do STJ: 754.797.

(Fonte: http://paineis.cnj.jus.br/QuvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shDRGraficos)

Mais informações sobre recursos repetitivos e IAC consulte o link: http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/

(1) Ministra Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. (3) Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 1ª Seção 2ª Turma. (4) Vice-Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 3ª Seção 5ª Turma. (5) Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal a partir de 30/8/2022. (6) Ministro empossado em 6/12/2022. Designado para compor 3ª Seção, 5ª Turma. (7) Ministro empossado em 6/12/2022. (8) Desembargador convocado do TRF5 de 5/3/2021 até 6/12/2022. (9) Desembargador Convocado do TRF1 de 7/4/2021 até 6/12/2022. (10) Desembargador convocado do TJDFT de 26/8/2022 até 6/12/2022. Reconvoado a partir de 7/12/2022. (11) Revisão de tema repetitivo. Art. 927, §§ 2º a 4º, do CPC/2015 e art. 256-S ao art. 256-V, do RISTJ.

5. Recursos internos protocolizados

Das decisões do STJ proferidas em 2022, foram protocolizadas 169.650 petições de recursos internos, entre Agravos Internos (AgInt), Agravos Regimentais (AgRg), Embargos de Declaração (EDcl) e Embargos de Divergência (EDv). Quanto aos recursos externos, que incluem os Agravos em Recurso Extraordinário (ARE), Recurso Extraordinário (RE) e Recurso Ordinário (RO), foram protocoladas 11.919 petições no ano. O cálculo da taxa de recorribilidade, que apura a razão entre a quantidade de petições de recursos internos e a quantidade de decisões colegiadas e monocráticas do ano, entrega para o período a taxa de 28,8%, valor 2,1 pontos percentuais maior em comparação com a taxa de recorribilidade do ano passado, mantendo tendência de alta que segue desde 2017, com exceção de 2021 quando houve pequena queda. A Figura 16 ilustra o histórico da taxa de recorribilidade nos últimos anos.

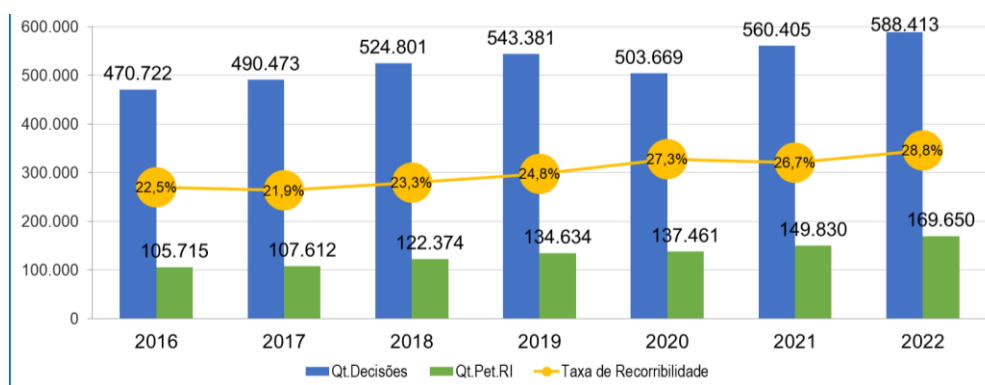


Figura 16. Série histórica da taxa de recorribilidade do STJ.

A tabela abaixo detalha as petições protocoladas por ministro e por classe de recurso.

Petições protocolizadas de recursos internos e externos - janeiro a dezembro de 2022 -

Tipos de recursos Relatores	Recursos internos					Recursos externos				Total (A + B)
	Agravo Interno	Agravo Regimental	Embargos de Declaração	Embargos de Divergência	Subtotal (A)	Agravo em Recurso Extraordinário	Recurso Extraordinário	Recurso Ordinário	Subtotal (B)	
Ministra Presidente	4.944	583	5.779	929	12.235	39	208	63	310	12.545
Ministro Vice-Presidente	3.605	4.207	4.517	170	12.499	1.608	7.290	2.094	10.992	23.491
Francisco Falcão	4.861	45	2.244	119	7.269		31	2	33	7.302
Nancy Andrighi	4.148	32	1.511	129	5.820	1	17		18	5.838
Laurita Vaz	71	2.678	483	89	3.321		16	1	17	3.338
João Otávio de Noronha	2.356	897	944	140	4.337	1	5		6	4.343
Humberto Martins (3)	2.419	21	843	95	3.378		21		21	3.399
Maria Thereza de Assis Moura (1)										
Herman Benjamin	3.985	13	1.633	100	5.731	4	68	9	81	5.812
Jorge Mussi (4)	63	1.506	263	86	1.918		8	5	13	1.931
Og Fernandes (2)	834	37	359	56	1.286		3		3	1.289
Luis Felipe Salomão (5)	1.509		546	1	2.056					2.056
Mauro Campbell Marques	3.203	11	1.335	77	4.626		14		14	4.640
Benedito Gonçalves	3.209	7	1.482	70	4.768	1	21		22	4.790
Raul Araújo	3.065	23	1.453	90	4.631		12	1	13	4.644
Paulo de Tarso Sanseverino	3.904	15	1.048	128	5.095		9		9	5.104
Isabel Gallotti	4.674	19	1.623	134	6.450		7		7	6.457
Antonio Carlos Ferreira	4.561		1.397	6	5.964		11		11	5.975
Villas Bôas Cueva	3.800		1.446	63	5.309		6		6	5.315
Sebastião Reis Júnior	5	2.735	476	26	3.242		6	1	7	3.249
Marco Buzzi	4.775		1.689	99	6.563		7		7	6.570
Marco Aurélio Bellizze	4.165		1.353	78	5.596		23		23	5.619
Assusete Magalhães	3.512	2	1.102	53	4.669		45	5	50	4.719
Sérgio Kukina	4.224		2.227	10	6.461		8		8	6.469
Moura Ribeiro	4.270		1.396	76	5.742		18		18	5.760
Regina Helena Costa	4.127		1.346	47	5.520		34		34	5.554
Rogério Schiatti Cruz	2	2.998	620	37	3.657		19	1	20	3.677
Gurgel de Faria	4.152		1.354	43	5.549		51	1	52	5.601
Reynaldo Soares da Fonseca	5	3.053	522	4	3.584		7	3	10	3.594
Ribeiro Dantas	6	3.222	548	23	3.799	1	14	3	18	3.817
Antonio Saldanha Palheiro	1	2.610	474	17	3.102		7	2	9	3.111
Joel Ilan Paciornik	1	3.037	548	14	3.600		15	1	16	3.616
Messod Azulay Neto (6)	2	1.668	279	21	1.970		7	12	19	1.989
Paulo Sérgio Domingues (7)	2.112	2	609	36	2.759		4		4	2.763
Comissão Gestora de Precedentes (8)			2		2					2
Presidente da 1ª Seção	109		36		145		1		1	146
Presidente da 2ª Seção	1		4		5		2		2	7
Presidente da 3ª Seção	69		55		124		1		1	125
Manoel Erhardt (Des. Convocado) (9)	1.093		454	4	1.551		8	10	18	1.569
Olindo Menezes (Des. Convocado) (10)	1	1.409	206	1	1.617			2	2	1.619
Jesuíno Rissato (Des. Convocado) (11)	2	3.157	516	25	3.700		18	6	24	3.724
Total	87.845	33.987	44.722	3.096	169.650	1.655	8.042	2.222	11.919	181.569

Fontes: Secretaria Judiciária; STJ (Sistema Justiça).

(1) Ministra Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. (2) Ministro Vice-Presidente do STJ a partir de 25/8/2022. Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal a partir de 30/8/2022. (3) Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 1ª Seção 2ª Turma. (4) Vice-Presidente do STJ até 25/8/2022. Designado para compor 3ª Seção 5ª Turma. (5) Ministro Corregedor Nacional de Justiça. (6) Ministro empossado em 6/12/2022. Designado para compor 3ª Seção, 5ª Turma. (7) Ministro empossado em 6/12/2022. Designado para compor 1ª Seção, 1ª Turma. (8) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino no ARP conforme Portaria STJ/GP Nº 98 de 22/3/2021. (9) Desembargador convocado do TRF5 de 5/3/2021 até 6/12/2022. (10) Desembargador Convocado do TRF1 de 7/4/2021 até 6/12/2022. (11) Desembargador convocado do TJDFT de 26/8/2022 até 6/12/2022. Reconvoado a partir de 7/12/2022.

6. Processos baixados

O tribunal baixou² 406.012 processos em 2022, pequeno acréscimo de 1,99% (7.929) após aumento de 11,45% (40.886) no ano anterior, retornando a patamares de próximos de 2019, antes da pandemia de Covid-19.

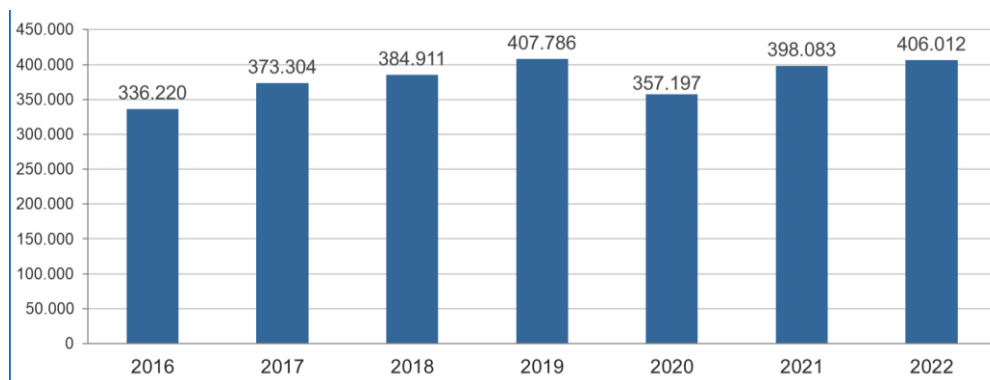


Figura 17. Série histórica dos processos baixados.

O tempo médio dos processos que foram baixados em 2022 foi de 245,34 dias desde o recebimento, redução de 5,30% (13,74) dias em relação à 2021 continuando sequência de baixa desde o pico de 2017 com redução média de 10,27% ao ano (figura 18).

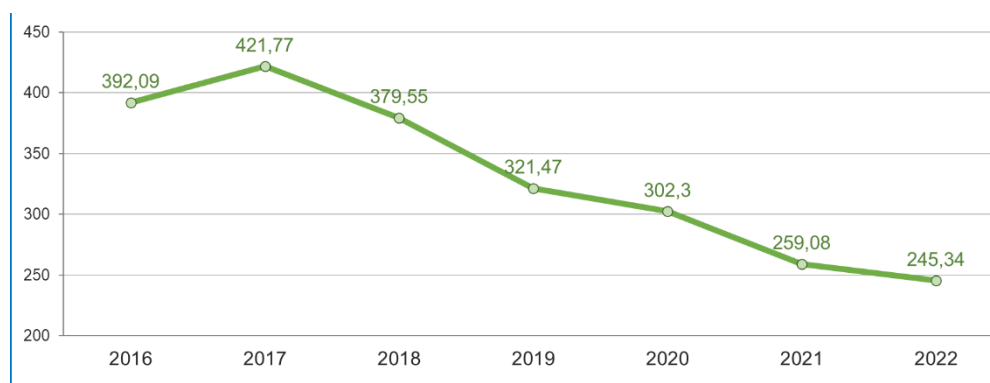


Figura 18. Série histórica do tempo médio em dias do recebimento até a baixa, escala a partir de 200 dias.

A série histórica das classes dos baixados mostra crescimento de 8,72% (17.720) dos AREsp em 2022, alcançando recorde histórico e o segundo ano consecutivo de alta após forte queda em 2020. Os baixados em HC tiveram redução de 6,45% (5.292), interrompendo tendência de alta que seguia desde 2016. O REsp apresentou leve alta de 2,59% (1.666), se mantendo estável nos últimos dois anos, mas ainda longe dos níveis pré-pandemia quando a média de baixados entre 2017 e 2019 foi de 87.315 (figura 19).

² Os processos arquivados, que são originários do STJ, são contados junto aos processos baixados.

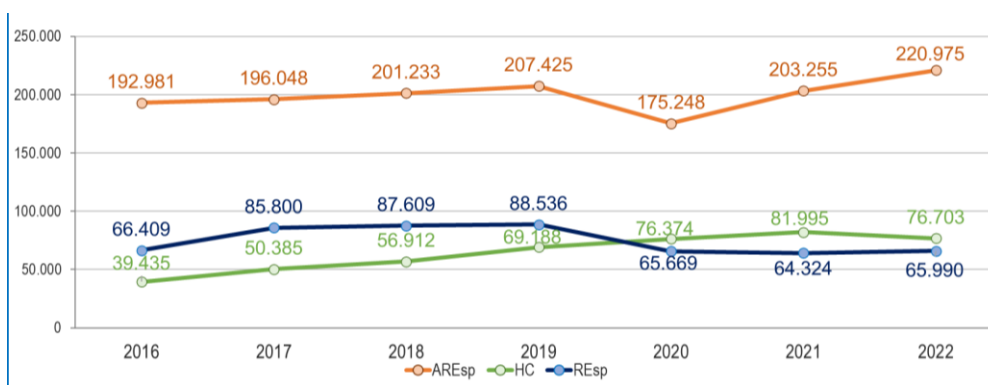


Figura 19. Série histórica das principais classes de processos baixados.

Analisando a série histórica dos baixados de acordo com os principais ramos de direito, o ramo civil exibiu alta de 9,79% (13.193), dando sequência à recuperação do ano passado, atingindo recorde histórico, e se tornando o principal fator na alta geral de processos baixados tendo em conta que é o ramo com maior volume e os demais ramos apresentaram pequenas reduções ou acréscimos menos expressivos. O ramo penal apresentou leve queda de 0,96% (1.334), permanecendo estável após longo período de alta entre 2016 e 2021 com média de expansão de 11,29% ao ano até 2021. O administrativo exibiu queda de 6,27% (4.256), depois de alta de 13,53% (8.089) no ano anterior seguindo abaixo dos níveis pré-pandemia quando a média de baixados entre 2017 e 2019 foi de 73.096. O tributário apresentou redução de 8,02% (2.381), o terceiro ano consecutivo de queda após período de oscilação entre 2016 e 2019. Por fim, o previdenciário teve aumento de 6,81% (1.554) dando continuidade à alta de 2021 que se deu após período de queda entre 2017 e 2020 (figura 20).

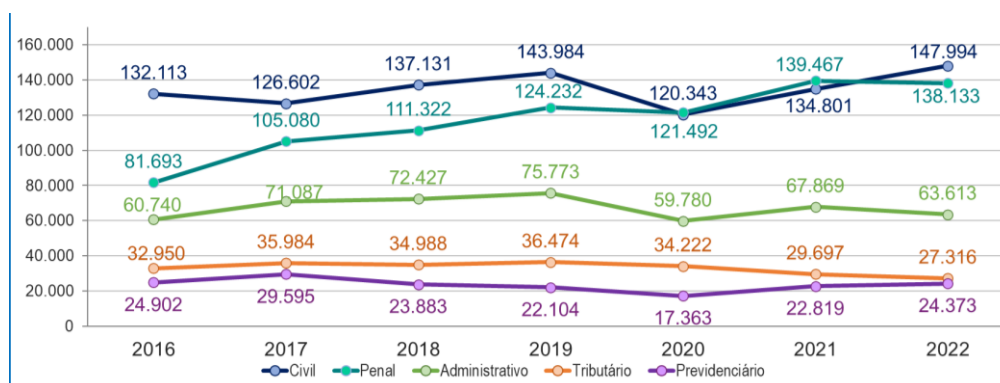


Figura 20. Série histórica dos principais ramos de direito dos processos baixados.

7. Acervo Processual

Com o aumento do número de processos principais julgados (14.007) e baixados (7.929), em relação ao ano passado, o STJ encerrou 2022 com 267.358 processos em tramitação, volume 0,35% (948) menor do que 2021, se mantendo estável nos últimos dois anos após período de vertiginosa queda entre 2016 e 2020 com redução de 29,48% (107.887) neste intervalo (figura 21).

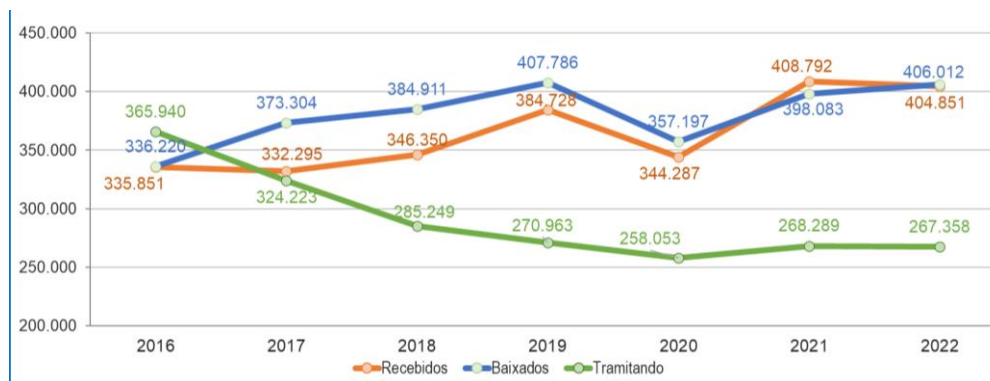


Figura 21. Série histórica dos recebidos, baixados e acervo processual. Escala a partir de 200.000 processos.

O tempo médio de tramitação em 2022 foi de 16,33 meses, queda de 1,21% (6,08 dias) em relação à 2021 e redução média de 4,71% ao ano desde 2016 quando o tempo médio passou a seguir inclinação de queda (figura 22a). O acervo do STJ é composto majoritariamente por processos recebidos recentemente, sendo 66,49% (177.757) processos recebidos neste ano, 14,58% (38.982) em 2021 e 6,00% (16.050) no ano retrasado (figura 22b).

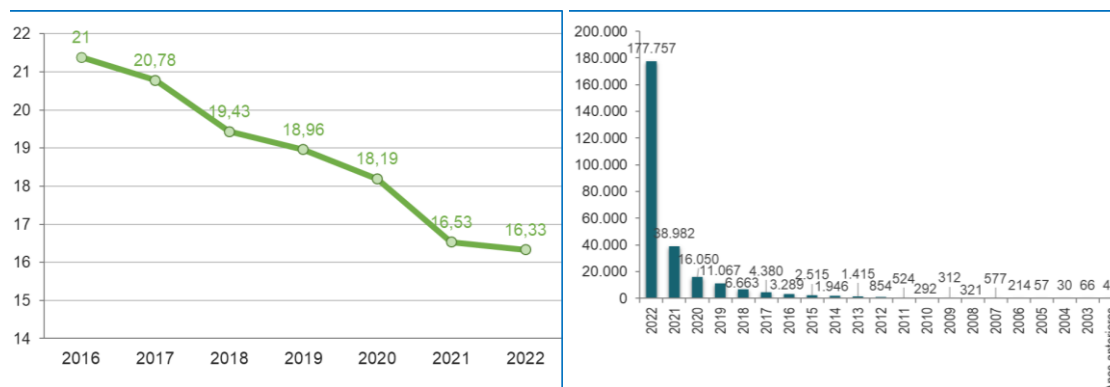


Figura 22(a). À esquerda série histórica do tempo médio de tramitação, escala a partir de 14 meses. Figura 22(b). À direita ano de recebimento dos processos em tramitação.

A razão entre o acervo do tribunal e o número de processos baixados foi de 0,66, o que significa que, caso não houvesse ingresso de novas demandas, e fosse mantida a produtividade dos ministros e servidores, seriam necessários aproximadamente 7,92 meses para zerar o estoque, indicador criado pelo CNJ chamado de “tempo de giro do acervo” (figura 23). Após forte queda entre 2016 e 2019, com redução de 39,44% (0,43), o giro do acervo do STJ tem oscilado nos últimos anos, com pequena redução de 2,29% (0,015) em 2022.

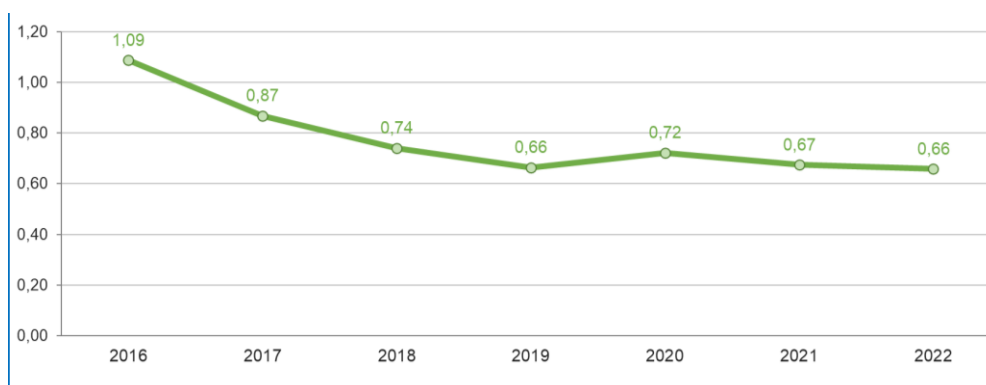


Figura 23. Série histórica do tempo do giro do acervo.

A taxa de congestionamento do STJ foi de 39,70%, valor 1,38% (0,56 ponto percentual) menor do que em 2021, o segundo ano de queda após alta de 5,06% (2,02 pontos percentuais) em 2020 (figura 24). Essa taxa é outro indicador criado pelo CNJ que mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano (que consiste na soma dos pendentes e dos baixados). Quanto maior o índice, maior a dificuldade do tribunal em lidar com seu estoque de processos.

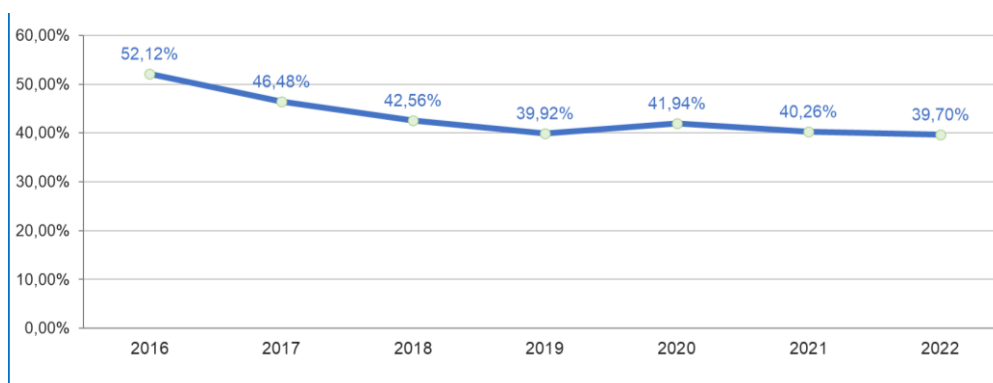


Figura 24. Série histórica do tempo da taxa de congestionamento.

Do acervo do final de 2022, aproximadamente 90% dos processos se concentram em quatro classes processuais: 51,40% (137.420) são AREsp; 26,25% (70.184) são REsp; 9,73% (26.024) são HC e 2,15% (5.751) são CC (figura 25).

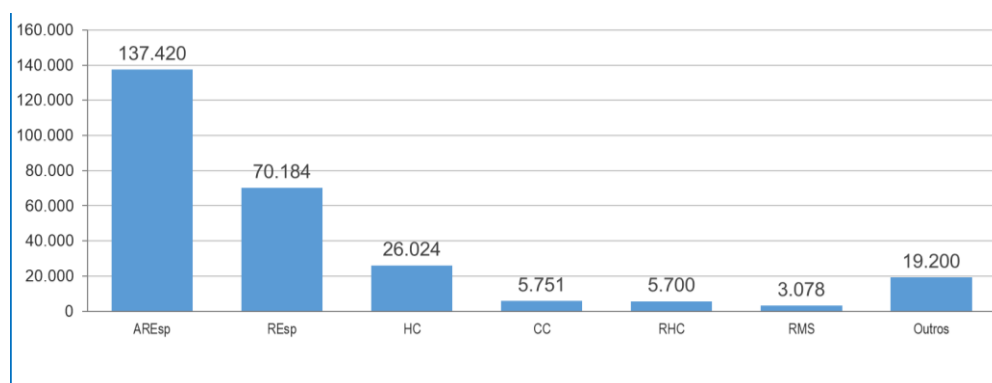
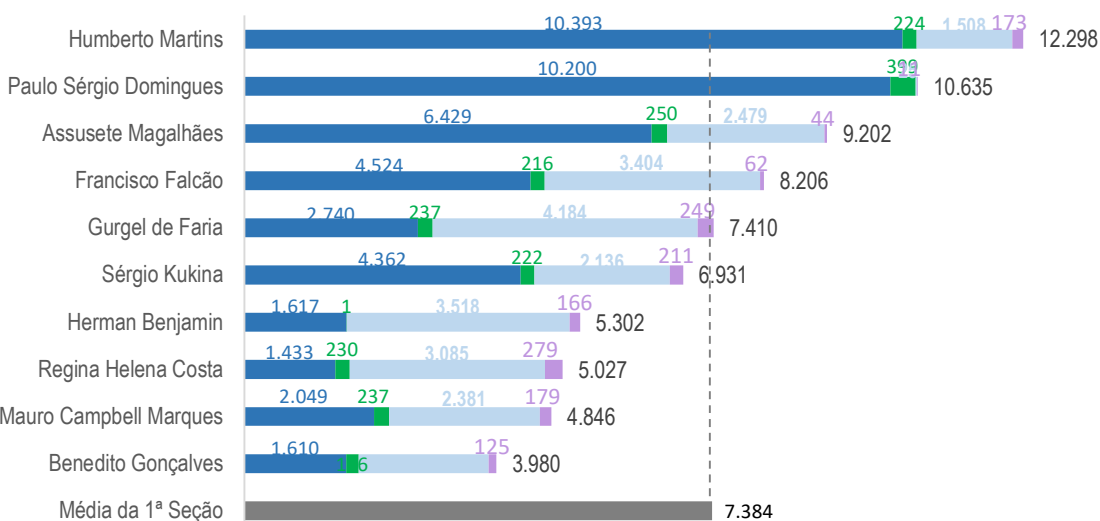


Figura 25. Processos em tramitação por classe de feitos.

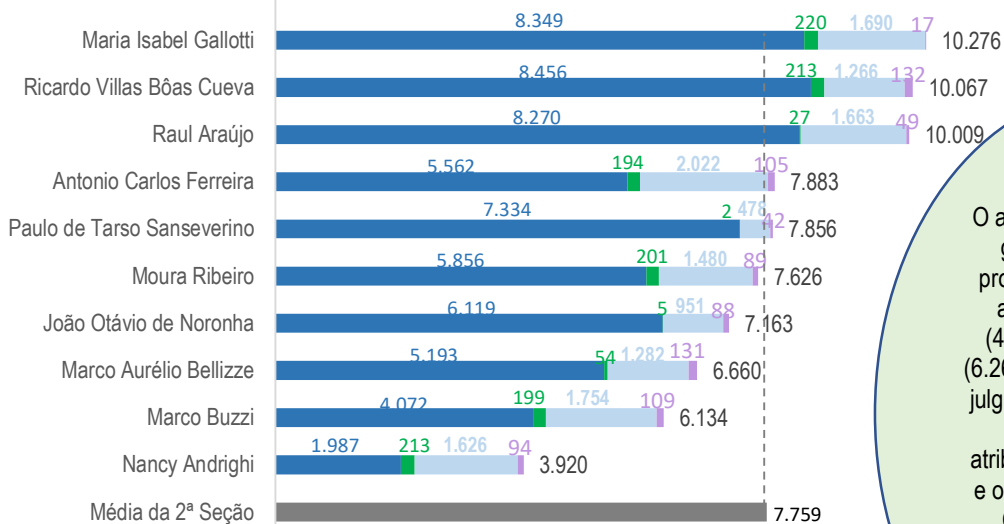
As tabelas abaixo resumem as principais estatísticas de processos tramitando no ano.

Acervo processual por relator e órgão julgador em 31/12/2022

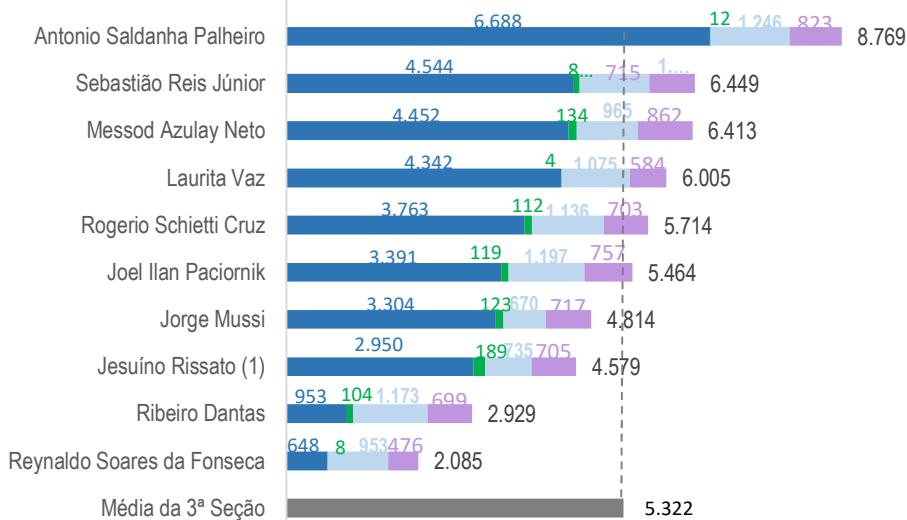
1ª
SEÇÃO



2ª
SEÇÃO



3ª
SEÇÃO



O acervo representado neste gráfico totaliza 204.652 processos. Não constam os acervos da Presidência (44.452), Vice-Presidência (6.267), Presidentes de órgãos julgadores (3.793), processos que estão aguardando atribuição/distribuição (5.594) e os processos que estão na Corte Especial (2.600). Incluindo todas essas informações, o total em tramitação é de 267.358

■ 1) No gabinete ■ 2) Em trânsito para o gabinete ■ 3) Em outro local do STJ ■ 4) Em vista ao MPF

Fontes: Secretaria Judiciária; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Secretaria de Processamento de Feitos e STI (BI).

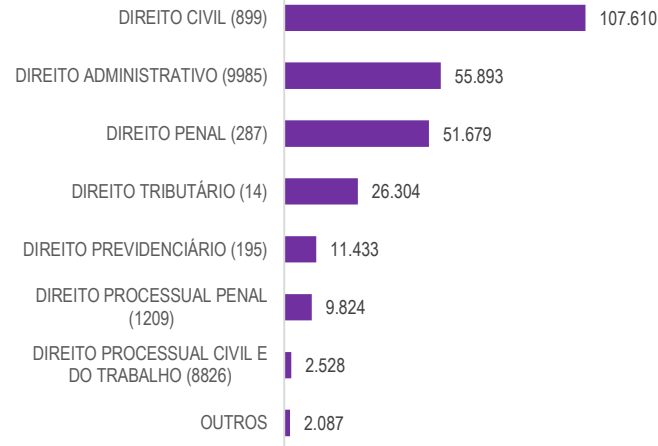
Nota: (1) Desembargador convocado do TJDF de 26/8/2022 até 6/12/2022. Reconvocado a partir de 7/12/2022.

Acervo em 31/12/2022

Maiores demandantes dentre os que estão em tramitação



Ramo do direito

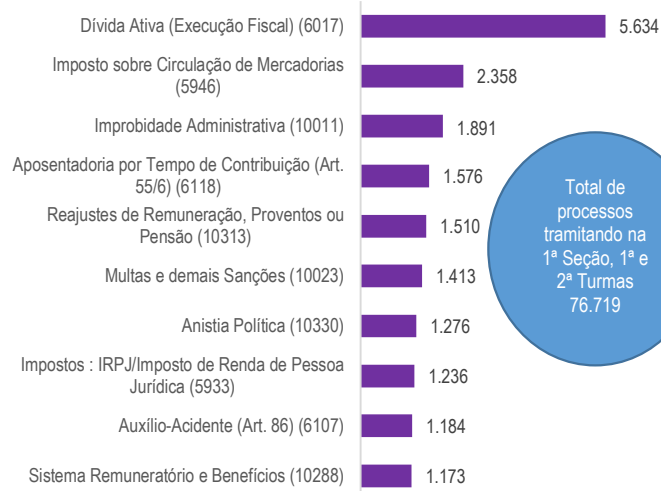


Principais assuntos no STJ

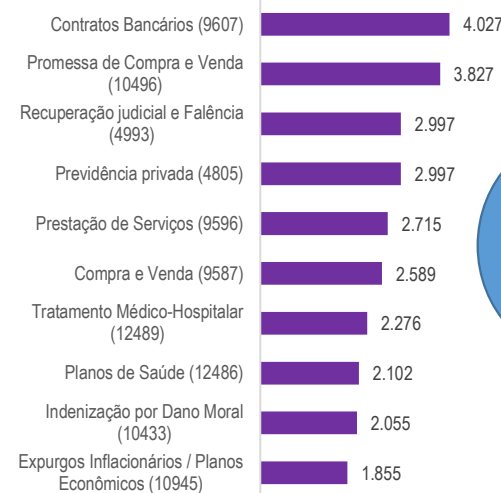


Principais assuntos por órgão julgador

1ª Seção e 1ª e 2ª Turmas



2ª Seção e 3ª e 4ª Turmas



3ª Seção e 5ª e 6ª Turmas



Fontes: Secretaria Judiciária; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Secretaria de Processamento de Feitos e STI (Sistema Justiça; BI).

Notas: Os números entre parênteses nos processos por assunto referem-se aos códigos do Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça. Nos valores totais apresentados nos gráficos por órgãos julgadores estão inclusos todos os processos inclusive os que aguardam atribuição.

8. Metas CNJ

No ano de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou a parametrização da metodologia para aferição e acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário com as variáveis estatísticas estabelecidas na Resolução CNJ nº 76/2009. Assim, o CNJ estabeleceu nove metas para o STJ em 2022, das quais três foram cumpridas em sua totalidade e as demais foram cumpridas parcialmente.

Meta 1. Julgar quantidade maior de processos recursais e ações de conhecimento do que a dos distribuídos no ano corrente. Percentual de cumprimento: 101,2%.

Meta 2 (processos até dez/2017). Identificar e julgar até 31/12/2022, pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2017. Percentual de cumprimento: 99,0%.

Meta 2 (processos de 2018). Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 95% dos processos distribuídos em 2018. Percentual de cumprimento: 103,05%.

Meta 4 (Distribuídos até dez/2019). Identificar e julgar até 31/12/2022 99% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2019. Percentual de cumprimento: 89,7%.

Meta 4 (Distribuídos em 2020). Identificar e julgar até 31/12/2022 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas em 2020. Percentual de cumprimento: 95,4%.

Meta 5. Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento, até 31/12/2022. Percentual de cumprimento: 100%.

Meta 6. Identificar e julgar, até 31/12/2022, 99% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015. Percentual de cumprimento: 96,6%.

Meta 7. Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos dos temas afetados a partir de 18/03/2016. Percentual de cumprimento: 74,6%.

Meta 9. Estimular a inovação do poder judiciário. Percentual de cumprimento: 100%.

Meta 10. Promover a transformação digital – Justiça 4.0. Percentual de cumprimento: 20,0%.

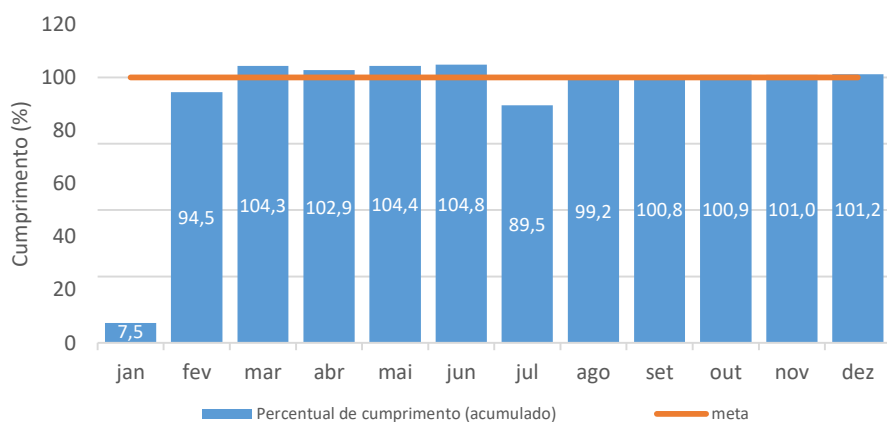
Meta 12. Impulsionar os processos de ações ambientais: Identificar e julgar 65% dos processos relacionados às ações ambientais. Percentual de cumprimento: 95,4%.

As tabelas abaixo mostram a evolução do cumprimento das metas ao longo do ano.

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2022

Meta 1

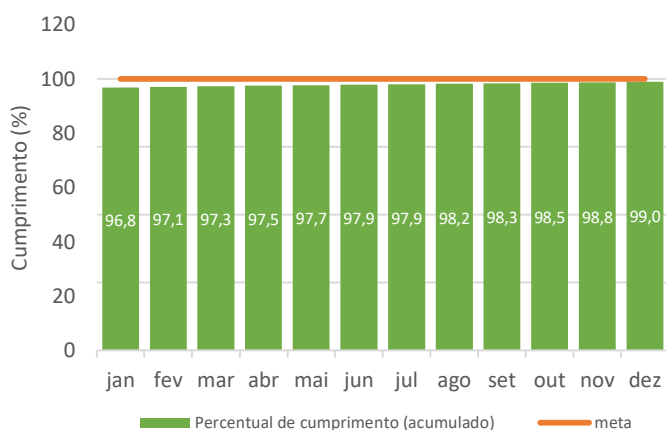
Julgar quantidade maior de processos de conhecimentos do que os distribuídos em 2022.



Meta estará cumprida quando atingir 100% da escala

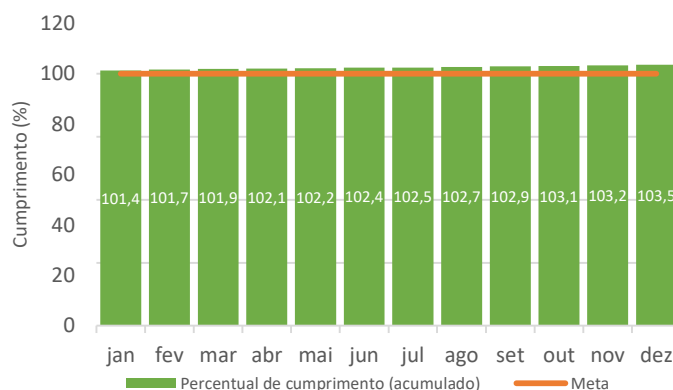
Meta 2 (processos até dez/2017)

Identificar e julgar, até 31/12/2022 pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2017.



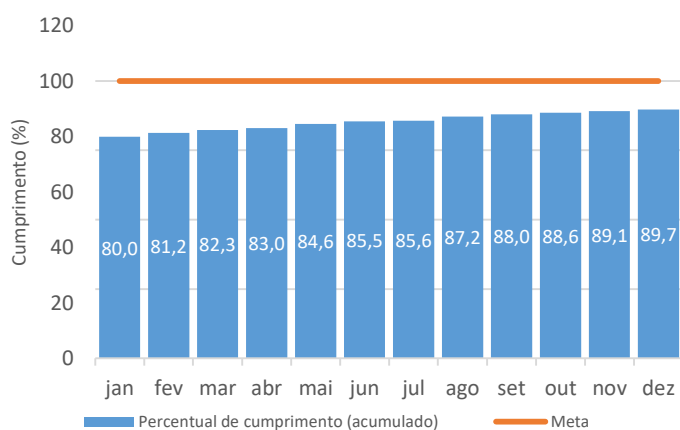
Meta 2 (processos de 2018)

Identificar e julgar, até 31/12/2022 pelo menos 95% dos processos distribuídos em 2018.



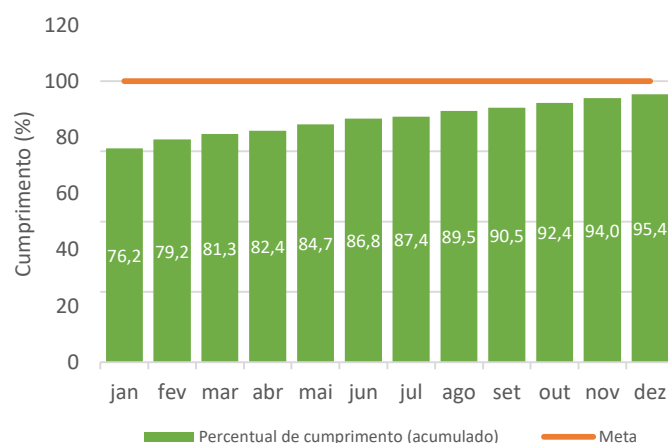
Meta 4 (Distribuídos até dez/2019)

Identificar e julgar até 31/12/2022 99% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2019.



Meta 4 (Distribuídos em 2020)

Identificar e julgar até 31/12/2022 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas em 2020.

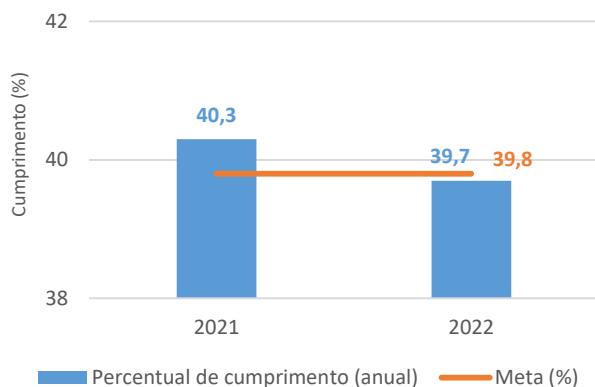


METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2022

As Metas estarão cumpridas quando atingirem 100% da escala, exceto a meta 5

Meta 5

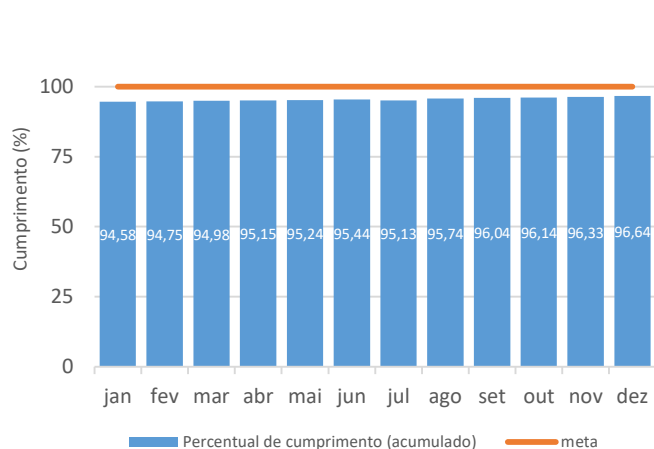
Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento, até 31/12/2022



-Indicador com mensuração anual;
-Meta inversamente proporcional, ou seja, quanto menor o resultado, melhor.

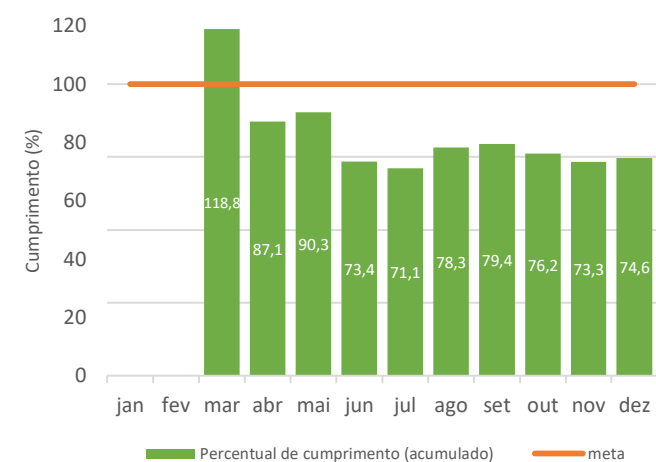
Meta 6

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 99% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos a partir de 01/01/2015.



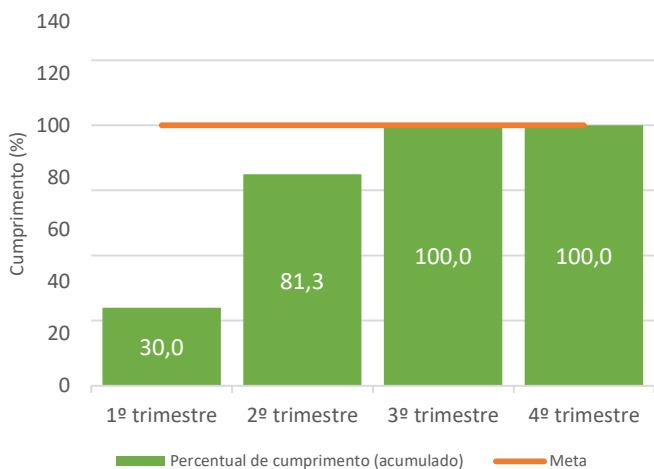
Meta 7

Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos.



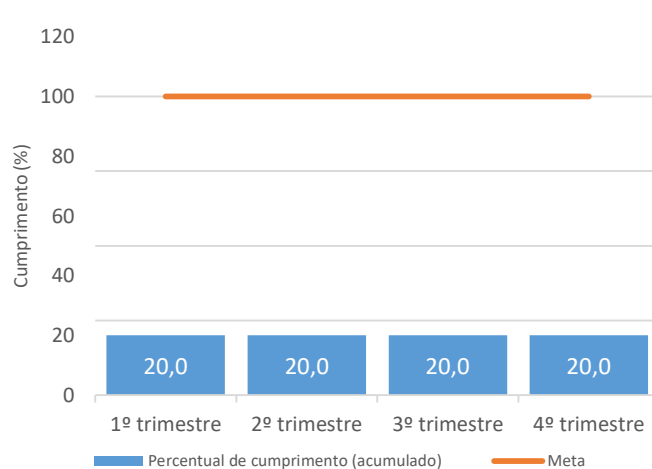
Meta 9

Estimular a Inovação no Poder Judiciário.



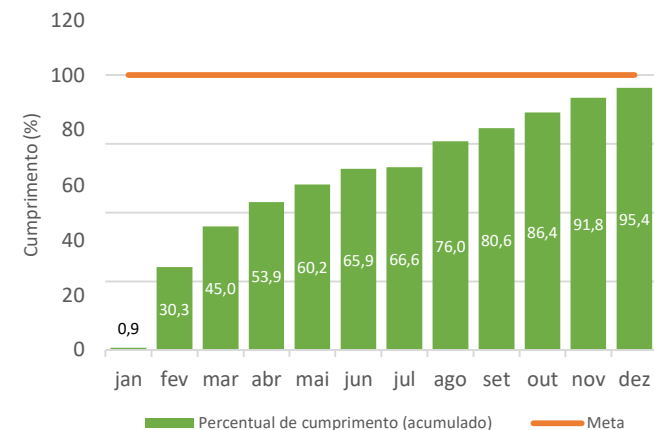
Meta 10

Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0.



Meta 12

Impulsionar os processos de ações ambientais: Identificar e julgar 65% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2021.



Glossário

Acórdão

Peça escrita que contém o julgamento proferido por órgão colegiado de um tribunal; não por um juiz.

AREsp (Agravo em recurso especial)

Recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido.

Controvérsia

Representa o conjunto de processos recebidos pelo STJ na condição de representativos da controvérsia – RRC (§ 1º do art. 1036 do CPC), a fim de possibilitar a afetação dos (s) processo (s), pelo Órgão Julgador do STJ, ao rito dos recursos repetitivos.

Controvérsia aguardando manifestação

Representa todas as controvérsias pendentes até o mês de referência deste boletim (quantitativo acumulado).

Decisão interlocutória

É o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente, ou seja, ponto relevante que não põe fim ao processo.

Decisão Liminar

Decisão urgente e provisória, dada antes do julgamento do processo para evitar prejuízo irreparável a um direito

Decisão terminativa

É aquela onde o magistrado toma uma decisão que põe fim ao processo.

Decisão colegiada

Decisão proferida por um grupo de juízes ou ministros, reunidos em um colegiado. É também denominada de "acórdão". Os órgãos colegiados do Tribunal são: Corte Especial, seções e turmas.

Decisão monocrática Decisão proferida por um único magistrado; não por colegiado.

Distribuição

Escolha do relator do processo por sorteio ou por prevenção. O relator sorteado pode declarar-se impedido, caso em que é feito novo sorteio.

Ministério público

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127).

Pedido de vista

Ato pelo qual o ministro solicita os autos de um processo com o direito de tomar conhecimento de tudo o que nele contém, se dá durante o julgamento no momento de proferir o voto ele pode pedir.

Processo

Conjunto coordenado de preceitos legais normativos, que imprimem forma e movimento à ação no sentido formal.

Processo atribuído

É o processo que foi imputado ao ministro nomeado no lugar de magistrado que deixou o cargo por aposentadoria, falecimento ou mudança de órgão julgador.

Processo baixado

Processo recursal que foi encaminhado de volta ao tribunal de origem.

Processo Arquivado:

Processo originário que foi guardado em arquivo definitivamente no tribunal após o trânsito em julgado.

Processo distribuído

Processo recebido pelo magistrado, mediante distribuição por sorteio, para que proceda ao seu julgamento.

Processo originário

Aquele que se inicia no próprio órgão e não chega a ele como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo pendente de 1ª decisão

Processo que ainda não possui decisão terminativa/definitiva.

Processo recursal

Aquele que chega ao órgão como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo redistribuído

É aquele resultante da nova distribuição decorrente da incompetência reconhecida do magistrado ou do órgão judicial a que foi anteriormente distribuída ou decorrente de aposentadoria, falecimento ou afastamento do relator originário.

Processo registrado

É o feito registrado ao Ministro Presidente, vice-Presidente e aos presidentes de seção por determinação regimental.

Recurso

Meio de que dispõe a parte vencida em um processo para provocar a modificação ou a invalidação de uma decisão judicial desfavorável.

RE (Recurso extraordinário)

Recurso da competência do Supremo Tribunal Federal contra decisões proferidas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo da Constituição Federal; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal (CF, art. 102, III).

REsp (Recurso especial)

Recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça, instituído pela Constituição de 1988 (art. 105, 111). É cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e

Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal; e c) der à lei federal interpretação divergente de que lhe haja atribuído outro tribunal.

RO (Recurso ordinário)

Recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, quando denegatória a decisão, em mandado de segurança decidido em única instância e habeas corpus decidido em única ou última instância pelos tribunais regionais federais e pelos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal e dos Territórios, bem como em causas em que forem partes estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e, do outro, município ou pessoa residente e domiciliada no País (CF, art. 105, caput, II).

Relator

Membro de tribunal a quem se atribui – por distribuição automática e eletrônica – um processo para estudá-lo e explicá-lo em relatório, podendo ser escolhido também por prevenção, quando já tiver sido relator de processos referentes ao mesmo caso.

Voto-vista

Consiste no voto proferido pelo ministro que pediu vista dos autos.

Recurso especial repetitivo

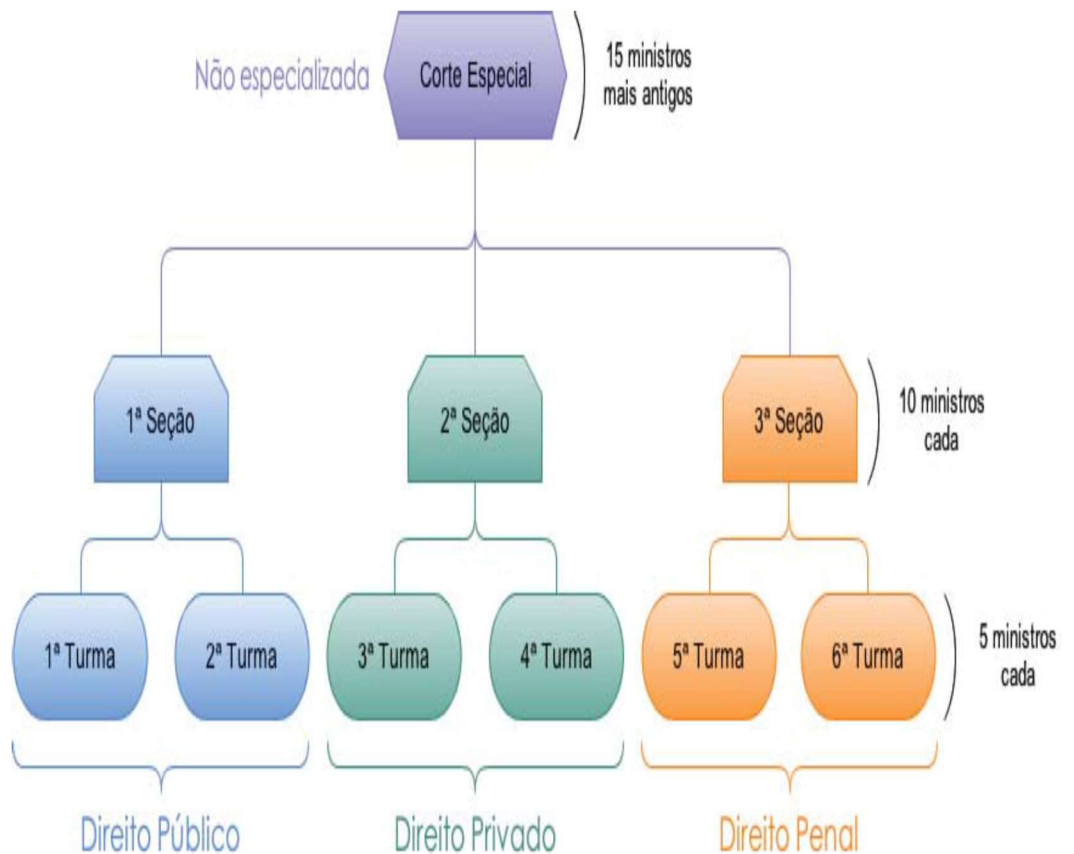
É um recurso que representa um grupo de recursos baseados em teses idênticas, ou seja, que têm fundamento em questão de direito idêntica. Nesses casos, o processo fica suspenso no tribunal de origem até o pronunciamento definitivo do STJ sobre a matéria.

Classes processuais do STJ: [para consultar todas as classes de feitos clique no link abaixo e consulte diretamente no Art. 67 do Regimento Interno:](#)

[Link](#)

Áreas de especialização

O Regimento Interno definiu as áreas de especialização dos seus órgãos judiciários (seções e turmas), atribuindo-lhes competência para processar e julgar os feitos relativos ao Direito Público, ao Direito Privado e ao Direito Penal. Essa especialização é definida em razão da natureza da relação jurídica litigiosa.



RELATÓRIO ESTATÍSTICO

2022



STJ

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas